

ROSANE MANSUETTI ROSA LOPES

“Comunicação de Risco e Riscos da *In*comunicação”

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Escola de Comunicação da
UFRJ como parte dos requisitos parciais para
obtenção do título de Mestre em Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

**Rio de Janeiro
2010**

ROSANE MANSUETTI ROSA LOPES

“Comunicação de Risco e Riscos da Incomunicação”

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Escola de Comunicação
da UFRJ como parte dos requisitos parciais para
obtenção do título de Mestre em Comunicação

APROVADA EM 15 DE JULHO DE 2010
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mohammed ElHajji (Orientador)

Prof. Dr. João Maia

Prof. Dr. Paulo Vaz

RESUMO

O risco está presente nas sociedades contemporâneas e pós-industriais. O tema da comunicação de risco, da gestão do risco, tornou-se uma questão vital, e numerosos autores analisaram as características da nova sociedade global sob esta ótica. Os debates sobre a entrada da comunicação de risco na agenda corporativa das empresas e instituições nos permitem observar as tensões e ambiguidades. De um lado, há a necessidade de informar os públicos, de outro, a preocupação com a polêmica que a divulgação de certas informações possa gerar. Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise sobre a noção de risco hoje, sua vinculação com os discursos dominantes de legitimidade de ações tomadas pelas empresas e governos e sua apropriação pelos sujeitos da nossa sociedade. Mesmo que se possa constatar que “a comunicação de risco” contenha em si elementos coercivos e de controle, “os riscos da *incomunicação*” são tais que podem ter consequências catastróficas sobre a organização social.

Este trabalho irá abordar uma síntese sobre o conceito de sociedade de risco, procurando estabelecer correlações entre a sociedade de risco e as questões enfrentadas pela saúde pública em situações como as de epidemias como a do vírus H1N1. A proposta é situar as discussões de Beck e Giddens dentro da temática dos riscos nas ciências sociais, não assumindo um caráter linear, mas fazendo um cruzamento de debates e simultaneidades de argumentos entre autores que se referenciam entre si.

Palavras-chave: Comunicação, risco, crise.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. A SOCIEDADE DE RISCO.....	9
1. 1. A sociedade em rede	16
1. 2. Risco e progresso.....	28
1. 3. O risco e a comunicação.....	31
2. PERCEPÇÃO DO RISCO: PERIGO E AMEAÇA	34
2. 1. Ameaça x Percepção – Perito x Leigos.	37
2. 2. Tipos de comunicação de risco.....	44
3. O RISCO NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE: O CASO H1N1 COMO RISCO SANITÁRIO..	51
3. 1. Comunicação no caso da INFLUENZA A-H1N1 (2009).....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74

Introdução

Pertenço a um país vertiginoso onde a loteria é uma parte essencial da realidade.

Jorge Luis Borges – “A loteria da Babilônia”

Atentados, acidentes de todo tipo, epidemias variadas, *crashes* financeiros, explosão demográfica! De repente, todo mundo parece estar falando sobre o risco, e a idéia do risco parece ser indispensável para compreender os novos tempos. No entanto, apenas dez ou quinze anos atrás, o risco mal tinha lugar no vocabulário cultural e social, raramente era discutido fora dos relatórios científicos e de gestão. Hoje em dia os significados para risco assumem notáveis variedades de sentido. O risco é um cálculo. Risco é uma mercadoria. Risco é o capital. Risco é uma técnica de governo. Risco é cientificamente construído. Risco é subjetivo e socialmente construído. Risco é uma forma de fazer política. Risco é um problema, uma fonte de insegurança, Risco é um prazer, uma emoção, uma fonte de lucro e de liberdade. Risco é o meio como nos colonizamos e controlamos o futuro. Qualquer que seja o significado, o risco parece ter superado a gestão do domínio técnico e de especialistas, tornando se mais uma característica do mundo contemporâneo.

O que é o Risco? Apenas uma palavra com uma gama de significados diferentes. No uso comum, e segundo o *Dicionário Aurélio*, risco é perigo ou possibilidade de perda. Risco é a possibilidade de alguma perda, ou ferimento. Perigo e Risco estão ligados, mas são claramente distinguíveis: perigo é o potencial de dano inerente a uma coisa, pessoa ou situação; riscos seriam as estimativas do impacto provável do perigo.

Os riscos são condicionais, há risco de algo. São calculados e compensados. E são interativos, na medida em que cada um de nos tem um termômetro próprio para estimá-los. (Garland, 2002).

O espaço imaginário do sujeito contemporâneo é repleto de riscos potenciais e catástrofes iminentes, perigos onipresentes e desastres inelutáveis. Das conversas informais às superproduções hollywoodianas, passando pelas manchetes de jornais e especiais da TV, o risco (idéia, sensação e dado estatístico) está por toda parte. O espectro ameaçador de sua narrativa aterrorizante domina planos cada vez mais amplos do discurso social e do imaginário que ele reflete. Não que o sentimento de medo, insegurança e perplexidade seja uma novidade para a sociedade humana, mas a sua potencialização e seu arraigamento em nossos esquemas mentais constituem um referencial em princípio incontornável para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e subjetivas que conformam o nosso real produzido, vivido, imaginado e representado.

A viabilidade e o sucesso deste estudo relacionam-se com o compromisso de abordar a temática do risco em sua totalidade, complexidade e multiplicidade, desde que este projeto parta da perspectiva filosófica conceitual da passagem da pré-modernidade para a época moderna e da constituição do novo sujeito moderno ocidental, para caber no espaço de uma dissertação de mestrado.

As teorias relativas ao Risco e à Sociedade de Risco (Beck, Luhmann, Douglas e Giddens, principalmente) deixam bem claro que a substituição da noção de *Fortuna* pelo conceito de *Risco* é constitutiva da Modernidade ocidental e não a ela está pontualmente ou posteriormente agregada. Do mesmo modo, o conceito em questão não pode ser dissociado de outros componentes da formação do sujeito moderno, como sua individualidade singular, sua autorreflexibilidade, seu senso de responsabilidade, a ampliação de sua capacidade de abstração espaço-temporal e a aceitação da *confiança* (como dispositivo social e não apenas como valor moral) nos sistemas ditos peritos (as instituições e o conhecimento científico e tecnológico por elas afiançado) e do desencaixe (também espaço-temporal) que deste processo decorre.

Na era pré-moderna, a principal fonte de insegurança residia nas contingências do mundo físico, geralmente relacionadas à imprevisibilidade da natureza e à falta de domínio científico sobre seus ritmos, movimentos, ciclos,

etc. A crença numa ordem sobrenatural e as narrativas míticas e mitológicas associadas a esta ordem proporcionavam explicações e interpretações amplas e descontextualizadas, cujo sentido final era sempre atualizado pelo fato ocorrido ou, ainda, por enunciados simbólicos formulados *ad hoc* para remediar o pânico e as incertezas do momento.

Ainda hoje, os riscos experimentados pela humanidade são, paradoxalmente, muitas vezes, consequência da sofisticação dos mesmos instrumentos tecnológicos e organizacionais que buscam estender as zonas de segurança através da ampliação da esfera de atuação dos sistemas peritos. Entretanto, se, no passado, as inovações e especulações científicas eram circunscritas a esferas existenciais específicas e andavam a um ritmo bastante lento, na atualidade se deve reconhecer o alcance global da ciência e da tecnologia e a velocidade exponencial das descobertas, invenções e inovações, bem como de sua divulgação.

De tal modo que os mesmos autores supracitados destacam o caráter eternamente “experimental” que envolve as novas tecnologias, ao descreverem a sociedade de risco. Pois a própria modernidade teria se tornado um grande experimento, embora as condições de controle não estejam sempre à altura dos desafios. As inovações e os debates científicos expressam um potencial fascinante de mudança de nossas vidas, mas, ao mesmo tempo, estão se tornando cada vez mais complexos e problemáticos. Isso provoca uma crescente desconfiança por parte do público, que questiona tanto a suposta “imparcialidade” da ciência como a legitimidade de seus experimentos.

O argumento central de Beck é que a sociedade industrial, caracterizada pela produção e distribuição de bens, foi deslocada pela sociedade de risco, na qual a distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, econômicas e geográficas da típica primeira modernidade. O desenvolvimento da ciência e da técnica não poderia mais dar conta da predição e do controle dos riscos, para cuja criação contribuiu decisivamente, e que geram consequências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, desconhecidas a longo prazo mas, quando descobertas, com tendência a serem irreversíveis.

Entre esses riscos, Beck inclui os ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente. Mais recentemente, ele incorporou também os riscos econômicos, como as quedas nos mercados financeiros internacionais.

De fato, o conceito de sociedade de Risco se cruza diretamente com o de globalização: os riscos são democráticos, afetando nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo. Os processos que passam a delinear-se a partir dessas transformações são ambíguos, permitindo a coexistência de maior pobreza em massa, crescimento de nacionalismo, fundamentalismos religiosos, crises econômicas, possíveis guerras e catástrofes ecológicas e tecnológicas com maior riqueza, tecnificação rápida e alta segurança no emprego.

A análise deste panorama geral é o primeiro objetivo deste estudo. Além do estado da arte do tema pesquisado, pretendemos avaliar a pertinência, a operacionalidade e a funcionalidade de cada uma das noções e idéias propostas pela literatura disponível. A finalidade de tal abordagem é a construção de pontes conceituais que possibilitem a formulação e a resolução de uma problemática claramente de interesse da área da Comunicação, sem se limitar a ser um estudo de cunho estritamente sociológico.

Desta forma, este estudo objetiva analisar os aspectos formais da comunicação de risco em suas características teóricas e práticas, por meio da análise de realidades da sua utilização.

1. A sociedade de risco

A grande diferença é que o mundo ficou instantâneo.

Manchete do jornal *Valor Econômico* do dia 9 de agosto de 2007 para explicar riscos na economia

Douglas, Luhmann, Giddens, Beck e Bauman, entre outros pensadores da atualidade, destacam o princípio de Risco como um dos principais eixos organizacionais da modernidade ocidental e um indicador indispensável para a apreensão e análise das esferas sociais, políticas e subjetivas do mundo contemporâneo. A passagem da crença ou convicção na *Fortuna*¹ para a suspeita ou consciência do *Risco* é um dos marcos centrais da transição da pré-modernidade para a modernidade e do surgimento da figura do indivíduo contemporâneo responsável, autônomo e autorreflexivo.

A Modernidade é, de fato, indissociável da emergência de uma visão de mundo que articula a experiência de um sujeito racional, ciente de suas limitações, com sua capacidade de identificar os riscos que o rodeiam e de gerenciá-los. Esta virada cognitiva resulta não apenas na “tomada de consciência” dos riscos “humanamente controláveis”, mas também na certeza otimista de poder evitá-los e estabelecer zonas de segurança cada vez maiores. A fé na Razão e na Ciência assume, então, o papel emancipatório de poder avaliar e quantificar o caos, a aleatoriedade e a desordem e antecipar suas consequências, na tentativa de dominar o risco e conjurar o perigo e a ameaça do desconhecido.

De acordo com Castells (1998), a sociedade vive um tempo em que a geração, o processamento e a transmissão da informação foram transformados em fontes fundamentais de produtividade e poder graças às novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico, quando se assiste a uma radical

¹ “*Fortuna* era a deusa romana da sorte (boa ou má), da esperança. Corresponde à divindade grega *Tyche*. Era representada portando uma cornucópia e um timão, que simbolizavam a distribuição de bens e a coordenação da vida dos homens, e geralmente estava cega ou com os olhos tapados (como a moderna imagem da justiça), pois distribuía seus desígnios aleatoriamente”. In: Wikipédia. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Fortuna_\(mitologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fortuna_(mitologia)). Acesso em: 9 de outubro de 2009.

integração de diferentes modalidades comunicacionais: a escrita, a oral e a audiovisual, a chamada multimídia.

Segundo Castells,

[...] todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. (Castells, 1999, p. 394)

O que faz a globalização parecer em destaque é sua visibilidade. Em 1453, passaram-se quarenta dias até que o papa ficasse sabendo que Constantinopla havia sido tomada pelos turcos. Em 2001, as torres gêmeas do World Trade Center caíram em tempo real, ao vivo, pela televisão, enquanto o mundo assistia horrorizado.

Por que o risco ocupa hoje tal lugar na nossa sociedade? A opinião pública é irracional? Existe “uma cultura do risco”? Uma gestão democrática dos riscos tecnológicos é possível? Como explicar a conduta de risco frequentemente atribuída a adolescentes? Estas condutas resultam de uma incapacidade de tomar consciência do risco incorrido, ou, pelo contrário, de uma vontade deliberada de desafiar o perigo?

A noção de risco está ocupando as manchetes de todas as mídias. A palavra risco atualmente é utilizada para fenômenos díspares: para possibilidade de ocorrer doenças, como a da vaca louca, dengue e Aids, para os perigos da radioatividade, ou ainda para questões menos importantes, como o risco de combinar mal as cores ou os elementos da moda, assim como para eventos culturais, como espetáculos de dança. Todas para considerar os riscos a que estamos sujeitos diariamente. Essa aceitação positiva do risco é para Giddens (2000) a própria fonte de energia criadora de riqueza numa economia moderna; ela passa a ser um dos requisitos de excitação e da aventura.

Foi durante a primeira fase da sociedade industrial moderna que apareceram estas duas faces do risco, o seu lado positivo e o negativo. O risco,

que tem ficado social, tecnológico, ecológico, sanitário, tem o seu vocabulário essencial ou difuso, escolhido ou sofrido, dominado ou gerenciado, e os seus profissionais: engenheiros, economistas, psicólogos e sociólogos. Para alguns, nessa dualidade do risco é que reside a originalidade das sociedades contemporâneas, que seriam “sociedades do risco”. A obra de Ulrich Beck (1992), que reconstitui a emergência da noção, interroga-se sobre a construção contemporânea do risco: a percepção dos riscos escapa às influências sociais e culturais? Evidentemente não. Contudo, se as apreensões do público não se decalcem sobre as dos peritos (quer se trate da energia nuclear ou da vaca louca, por exemplo), não são, ainda assim, irracionais.



O bailarino Bruno Cezário convocou grandes estilistas e fotógrafos da cidade para contribuir com seu novo espetáculo, *Boca do Lobo*, da Cia. de Dança Renato Vieira. Robert Schwenck foi um deles e levou Bruno e Thiago para o alto de um prédio, céu azul e o mar de Copacabana ao fundo para essa foto.

O espetáculo fala de riscos, todos aqueles a que estamos sujeitos diariamente, e Robert também quis se arriscar. “Quando olho para essa foto, me dá um pouco a ideia dos dois se chocando no céu... parece que um vai voar ou que está caindo e o outro vai pegá-lo. Ou ainda que Bruno segura Thiago para não subir aos céus.” São muitas as interpretações e os riscos.

Revista de Domingo, Rio de Janeiro, 13 dez. 2009.

Beck e Giddens, inicialmente, de forma paralela e, posteriormente, a partir de um diálogo aberto em publicações diversas, transformaram substancialmente o debate sobre os riscos, em especial os de caráter ambiental e tecnológico, ao colocá-los como temas centrais para se entender a sociedade contemporânea.

Esses autores, em vez de manter a análise no plano das percepções, apontam para as especificidades dos riscos contemporâneos, os quais são considerados objetivamente diferentes. Para ambos, a sociedade contemporânea caracteriza-se pela radicalização dos princípios que orientaram o processo de modernização industrial, o que marcaria a passagem da sociedade moderna para a sociedade da alta modernidade, segundo Giddens, ou para a sociedade de risco ou da modernização reflexiva, segundo Beck.

Para esses sociólogos, as sociedades altamente industrializadas, diferentemente da sociedade industrial e de classes, própria do início da modernidade, enfrentam riscos ambientais e tecnológicos que não são meros

efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos destas sociedades, ameaçando toda forma de vida no planeta.

Existem dois tipos de riscos, conforme Giddens (2000). O risco exterior, que é aquele que resulta da natureza, e o risco provocado, resultante do impacto do desenvolvimento tecnológico sobre o ambiente. Hoje, com os avanços tecnológicos, o risco exterior perde importância, mas, paradoxalmente, o risco provocado torna-se predominante. E, com Beck, vimos que a noção do risco está associada à capacidade de cálculo.

A clássica obra de Beck, *A sociedade do risco*, escrita na Alemanha em 1986, após a catástrofe de Chernobyl, marca um momento decisivo, uma transição na qual os perigos e os riscos tomaram tal amplitude que desenharam os contornos de uma nova sociedade. Beck fala “de uma dinâmica de perigo que ignora as fronteiras” (Beck, 1998, p. 13). Mas estes perigos são imperceptíveis, e “penetram em todas as zonas protegidas do mundo moderno” (ibid., p. 17). O autor mostra que hoje a sociedade é confrontada e não pode mais atribuir as situações de perigo que vive no seu dia a dia a causas externas, vivendo assim verdadeiro choque antropológico, na medida em que toma consciência de que as formas civilizadas também dependem da natureza. Beck escreve que se antes era possível se proteger dos sofrimentos, da miséria e da violência por trás de fronteiras reais ou simbólicas, com Chernobyl isso deixou de existir. “Pode-se deixar de fora a miséria, mas não os perigos da era atômica. Seu poder é o poder do perigo que suprime todas as zonas protegidas e todas as diferenciações da modernidade” (ibid., p. 11).

Em outro texto, Beck (2000) diz que “sociedade de risco” significa que vivemos em um mundo fora de controle. Não há nada certo além da incerteza. “O termo ‘risco’ tem dois sentidos radicalmente diferentes. Aplica-se, em primeiro lugar, a um mundo governado inteiramente pelas leis da probabilidade, onde tudo é mensurável e calculável” (Beck, 2000, p. 12). O risco pode ainda ser usado para referir-se a incertezas não quantificáveis, a “riscos que não podem ser mensurados”.

Quando Beck fala de “sociedade de risco”, é nesse último sentido de incertezas fabricadas, “as quais são reforçadas por rápidas inovações tecnológicas e respostas sociais aceleradas, criando uma nova paisagem de risco global”. Em todas essas novas tecnologias incertas de risco, estamos separados da possibilidade e dos resultados por um oceano de “*not knowing*”.

A novidade da sociedade de risco repousa no fato de que nossas decisões civilizacionais envolvem consequências e perigos globais, e isso contradiz radicalmente a linguagem institucionalizada do controle – e mesmo a promessa de controle – que é irradiada ao público global na eventualidade de catástrofes (como em Chernobyl e também nos ataques terroristas [*terror attacks*] sobre Nova York e Washington). Isso constitui precisamente a “explosividade” política da sociedade de risco. Esta “explosividade” tem seu centro na esfera pública da sociedade de massas midiaticizada, na política, na burocracia, na economia, embora não seja necessariamente contígua a um evento específico ao qual esteja conectada. (Beck, 2006, p. 30)

Beck descreve que, na sociedade de risco, a natureza deixou de ser um fenômeno exterior e dado como a fortuna e se constituiu como um fenômeno interior e produzido pela sociedade industrial. Nessa sociedade, para produzir riquezas é necessário produzir riscos. Ele salienta que na sociedade industrial a “lógica da produção” de riqueza dominava a “lógica da produção de riscos”. Na sociedade de risco esta relação se inverteu, e estes riscos não se limitam a lugares e grupos. Eles têm a tendência à globalização, não respeitando as fronteiras dos Estados nacionais.

É nessa sociedade de risco que a produção social de riqueza vem acompanhada pela produção social de riscos. As questões de desenvolvimento são substituídas por questões de gestão política e científica dos riscos de aplicação de tecnologia. Surgem assim os esforços feitos pelas organizações para fortalecer a sua comunicação com os diversos públicos usuários ou beneficiários.

Com a proliferação das usinas nucleares nos anos 1970, e com o crescimento da preocupação com a poluição industrial e o questionamento sobre os recursos naturais, surgido com a crise do petróleo, a ciência passou a incorporar estudos técnicos e quantitativos sobre o nível aceitável de risco de uma tecnologia quando comparado aos seus benefícios. Surgiu assim a necessidade de comunicar esses riscos à sociedade, o divisor de águas entre a comunicação

para falar dos benefícios de um produto e outra que informasse sobre suas consequências e implicações.

A sociedade de risco apresenta, segundo Beck (1998), duas características centrais:

1) começa onde acaba a natureza. Não há mais natureza que já não tenha sido afetada de alguma forma pela atividade humana. Os riscos que enfrentamos, atualmente existem não apesar do conhecimento acumulado sobre nós e sobre o meio ambiente, mas justamente por causa desse conhecimento. Neste sentido, Beck diferencia os riscos externos, que podem ser calculados estatisticamente, e os riscos incertos manufaturados, que emergem como consequência dos esforços científicos para os controlar ou minimizar e que escapam a qualquer cálculo.

2) começa onde acaba a tradição. Cada vez mais precisamos tomar decisões sobre os riscos que assumimos enfrentar, porque cada vez menos podemos confiar nas seguranças tradicionais. Mas isso abre a questão sobre como podemos tomar decisões se desconhecemos quase tudo em relação a eles. Nas sociedades altamente industrializadas, esta liberação da tradição não acontece num contexto de alta educação, fortes demandas de mobilidade no mercado de trabalho e juridificação avançada das relações de trabalho (Beck, 1995; Beck e Beck-Gernsheim, 1996).

Segundo a interpretação de Giddens, o conceito de “sociedade de risco” não remeteria apenas ao fato de que a vida moderna introduz novas formas de perigo que a humanidade enfrenta, mas especialmente a novas relações entre sistemas de conhecimentos leigos e peritos, num contexto em que a estimativa dos riscos é, em grande parte, imponderável. Para Giddens (1998), a sociedade de risco é uma sociedade altamente preocupada com o futuro e a segurança. Na alta modernidade (ou como ele, às vezes, a denomina: cultura de risco), a ciência está desencantada; a certeza de seu conhecimento aparece minada até nas ciências naturais. Isso faz com que, nas decisões cotidianas, os indivíduos se reapropriem do conhecimento perito, sendo este reinterpretado e transformado pelos leigos tanto nos espaços da intimidade quanto nos espaços políticos. Isto é,

todos os planos da vida podem passar a ser, permanentemente, examinados a partir de novas informações, revisões de conhecimentos anteriores e argumentos em conflito (Giddens, 1996).

Giddens descreve sua proposta de maneira muito geral, tanto em termos analíticos como normativos. Ele tende para certo otimismo político sobre as possibilidades sociais de colocar sob controle o desenvolvimento científico e tecnológico. Isto não o impede de reconhecer, frente aos riscos de grandes consequências, as enormes dificuldades existentes para conseguir seu controle. Por exemplo, por que os países menos desenvolvidos aceitariam limitar seu crescimento econômico, como forma de poder contribuir na solução dos problemas ecológicos criados pelos países ricos?

Não podemos deixar de considerar aqui a teoria cultural dos riscos formulada no final dos anos 1960 com a contribuição da antropóloga Mary Douglas, teoria que se caracteriza pela ênfase no caráter cultural de todas as análises de risco, o que levaria à diluição das diferenças entre leigos e peritos. Douglas centrou sua teoria numa visão socioconstrutiva segundo a qual os indivíduos são organizadores ativos de suas percepções, impondo seus próprios significados aos fenômenos, preocupação esta que foi motivada pelo estudo antropológico de rituais de purificação.

Douglas e Wildavsky trouxeram o tema dos riscos para o campo do debate político e moral. Na seleção dos riscos relevantes, nem sempre a evidência científica teria o papel esclarecedor, pelo fato de que a escolha responderia a fatores sociais e culturais, e não naturais.

Para entender as escolhas dos riscos, Douglas e Wildavsky (1982) as vinculam com as escolhas de nossas instituições e de como queremos viver: valores comuns levam a medos comuns, assim como a um acordo implícito sobre o que não temer. As pessoas selecionariam determinados riscos como relevantes (guerra, poluição, câncer, desemprego) segundo o papel que estes riscos possam ter no reforço da solidariedade social das instituições de que elas participam. A atenção que as pessoas dão a determinados riscos em lugar de outros seria parte

de um processo sociocultural que dificilmente tem uma relação direta com o caráter objetivo dos riscos. Desta maneira, ao considerar-se que os riscos são percebidos e administrados de acordo com princípios inerentes que reforçam formas particulares de organização social, deixa de ser possível tratar os riscos de forma neutra, com ferramentas metodológicas quantitativas.

Nos anos 1980 foi aumentando significativamente o número de estudos sobre os riscos, paralelamente aos trabalhos de Douglas.

As relações entre leigos e peritos e as estratégias para o controle dos riscos são duas questões, particularmente, importantes nas análises que, desde a sociologia ambiental, assumem uma posição construtivista para estudar as divergências e os conflitos sobre a natureza, as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores sociais envolvidos.

1.1. A sociedade em rede

Nas transformações sociais que afetam esta sociedade, destaca-se o uso da Internet e das tecnologias como fator importante, pois proporcionam uma maior facilidade de acesso e troca de informações entre os diversos sujeitos individuais ou coletivos, favorecendo o desenvolvimento de fenômenos complexos, como a globalização.

Frente ao fenômeno da globalização, a sociedade passa por transformações que tendem a conduzi-la, de certa forma, à sua fragmentação política e social, tendo em vista a coexistência de projetos antagônicos de globalização para o mundo, conforme serão apresentados mais adiante. Esta possibilidade de fragmentação política pode ser explicada a partir da mundialização da economia e da subordinação da política pelo mercado, as quais enfraquecem o poder de determinados Estados nacionais para decidirem o seu próprio rumo, na medida em que os tornam quase que absolutamente dependentes de agentes externos de ordem econômica. Do ponto de vista social, as desigualdades sociais se tornaram mais visíveis, bem como tornou-se mais perceptível o fato de que o desenvolvimento dos países e o aumento da riqueza

das nações não implicaram melhoria da qualidade de vida da população ou a justa distribuição de renda, conforme bem observou Castells (1999, p. 295): “Apesar de um aumento econômico, os salários e a qualidade de vida baixou; houve uma concentração de renda”.

Para Castells, “as redes globais conectam, mas mantêm sociedades desconectadas. O ser, individual ou coletivo, excluído do global, exclui o global reciprocamente e refaz sua identidade” (ibid., p. 41). De fato, todos os indivíduos podem ser considerados atores sociais nesta sociedade global, na medida em que contribuem para a formação da sociedade em rede mesmo que não tenham acesso imediato à rede mundial de computadores.

De acordo com Castells (1998), na sociedade atual, a geração, o processamento e a transmissão da informação foram transformados em fontes fundamentais de produtividade e poder graças às novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico, quando se assiste a uma radical integração de diferentes modalidades de comunicação, a chamada multimídia. Diz ele:

Todas as expressões culturais, da pior à melhor, da mais elitista à mais popular, vêm juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações passadas, presentes e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. (Ibid., p. 394)

Outro autor, Ducker (1998), considera que a inovação e o uso da tecnologia devem ser uma prática sistemática, e apresenta como fontes de inovação: pesquisa e desenvolvimento, ocorrências inesperadas, necessidades do processo, incongruências, mudanças no mercado ou na indústria, alterações demográficas, modificações na percepção e novos conhecimentos.

O cenário competitivo das empresas vem apresentando profundas mudanças nas últimas décadas. Esse fato vem exigindo rápidas e contínuas adaptações na postura estratégica dessas empresas, para sobreviver e crescer nesses novos tempos de globalização da economia.

Os usos das novas tecnologias de telecomunicações nas duas últimas décadas passaram por três estágios distintos, conforme Castells (1999, p. 50): “a automação de tarefas, as experiências de usos e a reconfiguração das aplicações”. Nos dois primeiros estágios, o progresso da inovação tecnológica baseou-se em aprender usando. No terceiro estágio, os usuários aprenderam a tecnologia fazendo, o que acabou resultando na reconfiguração das redes e na descoberta de novas aplicações.

O ciclo de realimentação entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios torna-se muito mais rápido no novo paradigma tecnológico. Conseqüentemente, a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários se apropriam dela e a redefinem.

As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia, como no caso da Internet. Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). Segundo Castells, pela primeira vez na história, “a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (Castells, 1999, p. 26).

Ainda para Castells, “a revolução da tecnologia da informação difundiu pela cultura mais significativa de nossas sociedades o espírito libertário dos movimentos dos anos 1960” (ibid.). No entanto, logo que se propagaram e foram apropriadas por diferentes países várias culturas, organizações diversas e diferentes objetivos, as novas tecnologias da informação explodiram em todos os tipos de aplicações e usos que, por sua vez, produziram inovação tecnológica, acelerando a velocidade e ampliando o escopo das transformações tecnológicas, bem como diversificando suas fontes.

Entretanto, a habilidade ou inabilidade das sociedades para dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico.

Nesse sentido, para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, na medida em que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinada.

Em grande parte, a tecnologia expressa a habilidade de uma sociedade para impulsionar seu domínio tecnológico por intermédio das instituições sociais, inclusive o Estado. O processo histórico em que esse desenvolvimento de forças produtivas ocorre assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais.

Não é diferente no caso da revolução tecnológica atual, que se originou e difundiu, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Desta forma, a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia da informação.

Quando falamos em tecnologia da informação, não podemos deixar de colocar a discussão sobre o embate do poder da TV com as redes sociais (YouTube, Twitter, Facebook). Segundo Antoun, “o que está se discutindo é o poder das mídias irradiadas de massa em relação às mídias distribuídas de grupo. Hoje, cada vez mais se explora e se esgarça o confronto entre os veículos de informação de massa e as interfaces da comunicação coletiva” (Antoun, 2004). E

verificamos que, com relação às grandes catástrofes, como o terremoto do Haiti, as mídias distribuídas de grupos foram as que realmente divulgaram as notícias sobre o que estava se passando com o país.

Em termos de comunicação de risco, este confronto de poderes com mídia de massa e interfaces da mídia distribuída fica mais saliente. Esta mídia distribuída tem se revelado um grande meio de divulgação, de criação e sustentação de notícias. Podemos estudar o exemplo do que aconteceu no Haiti com o terremoto, recentemente: nas primeiras horas, os únicos canais de comunicação que funcionavam com notícias foram o Twitter e outras mídias sociais. Com a mídia de massa temos a sensação de todo mundo estar falando no assunto, e com as interfaces de usuários temos o poder da legitimidade da informação, pois, nestas mídias, todos conhecem as fontes, a notícia está ancorada numa suposta confiabilidade. Ou seja, na notícia de interface de usuário, temos a sensação de que ela é mais confiável, uma vez que sua fonte provém de uma suposta rede de usuários.

De acordo com Antoun, dois processos ganharam os nomes dados pelos analistas de segurança do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O primeiro, usado para produzir efeitos de percepção ou efeitos afetivos sobre uma população ou grupo social com o uso intensivo dos grandes meios de massa, pertencentes às corporações, é chamado de guerra da informação (*infowar*) e visa promover ou inibir tanto sua própria ação como grupo quanto algum tipo de ação social sobre a população. Por intermédio destes efeitos, certo tipo de narrativa ganha foros de verdade no seio da opinião pública e passa a dominar a discussão sobre o tema (ver Kopp, 2000; Schwartau, 1995).

O segundo trata-se do uso intensivo das interfaces de comunicação da Internet para estabelecer uma verdade narrativa sobre algum acontecimento e disseminar narrativas sem lugar na mídia corporativa e foi chamado de guerra em rede (*netwar*). Nessa guerra, movimentos sociais ou pequenos grupos podem disputar a primazia da narrativa verdadeira com Estados, instituições e corporações, conversando e argumentando com os mais variados membros que

frequentam sua teia de páginas na web, grupos de discussão, redes sociais, blogs e outras interfaces de comunicação distribuída (Cleaver, 1999; Arquilla e Ronfeldt, 2001).

Embora esses dois processos sejam muito diferenciados, eles pressupõem a primazia do valor afetivo da comunicação e o mútuo monitoramento dos dois tipos de mídia por seu público em uma disputa ativa pelo privilégio em algum tipo de narratividade social e ação coletiva. A narrativa vitoriosa será aquela que obtiver a confiança da opinião pública (ver Arquilla e Ronfeldt, 2001; Antoun, 2004b).

Um exemplo deste choque de poderes é o episódio contado por Joe Trippi (2004) sobre a participação do candidato à indicação do Partido Democrata americano em 2003, Howard Dean, no programa de entrevistas *Tim Russert Meet the Press* (Encontros com a imprensa). Este programa era considerado um dos mais reputados para os candidatos à indicação pelos partidos, pois Russert é um dos entrevistadores de maior poder de fogo da TV americana. Sair-se bem nas entrevistas dele equivalia a vencer uma primária, para muitos analistas e políticos. Em sua entrevista no programa, Dean assumiu posições radicais contra a guerra do Iraque, sendo atacado sem cessar por Russert. O *Washington Post* chamou de “embaraçoso” um comentário dele sobre as tropas no Iraque e o *New York Times* considerou sua *performance* “uma desgraça”. No seu comitê de campanha a entrevista era considerada o fim do sonho, pois todos os comentaristas políticos dos canais a cabo traçavam o obituário do candidato (Trippi, 2004, p. 127-128).

Quando ia desligar um dos computadores no comitê da campanha, Trippi percebeu que o ponteiro da arrecadação do blog tinha enlouquecido. Pela internet estavam chegando milhares de contribuições para o blog de Dean vindas de todo o país. O apoio dos eleitores através da internet mudou o quadro do julgamento da participação de Dean no programa feito pela TV. A atuação da mídia de massa foi considerada uma provocação pelos eleitores engajados na campanha de

Dean, e a resposta foi uma imensa afluência de dinheiro através da internet para mostrar sua aprovação à campanha dele. Assim, no momento em que a grande mídia divulgasse suas estimativas gerais sobre as possibilidades de Dean, os assessores de campanha teriam o valor total das contribuições daquele dia para expor. Deste modo, ao grau de aprovação geral da política de guerra do governo seria contraposto o grau de engajamento do eleitorado do candidato (ibid.).

A internet é a única mídia que mantém facilmente acessíveis muitas notícias dos jornais que poderiam passar para o esquecimento das populações. Com a internet temos um passado atualizado, conforme disse Antoun.

Vemos, assim, que a internet rompe com o monopólio da narração. Com interfaces, qualquer usuário pode atualizar suas informações, conectando entre si diferentes interfaces e promovendo sua disseminação (Antoun, 2004). Não só os usuários podem conectar qualquer informação antiga que esteja na rede com uma atual, como eles podem também determinar o alcance de uma informação atual, replicando-a por diferentes interfaces. A comunicação partilhada nas interfaces coletivas de parceria (*peer-to-peer*) reposicionam o tipo de passado que importa na decisão de uma ação.

As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas *processos a serem desenvolvidos*. Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). Segundo Castells, pela primeira vez na história, “a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (Castells, 1999, p. 51).

Assim, os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico, mas esse sistema tem sua própria lógica embutida, caracterizada pela capacidade de transformar todas as informações em um sistema comum de informação, processando-as em

velocidade e capacidade cada vez maiores e com custo cada vez mais reduzido em uma rede de recuperação e distribuição potencialmente em toda parte.

Por sua penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana, a revolução da tecnologia da informação terá como ponto principal analisar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação, o que será abordado nos seguintes tópicos deste trabalho.

Essa opção metodológica, segundo Castells, “não sugere que novas formas e processos sociais surgem em consequência de transformação tecnológica. É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica” (ibid., p. 25), uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo.

Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que “a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas” (ibid.).

Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado, o seu entendimento do mundo, não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de interfaces conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. Daí surge uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas historicamente enraizadas. Segundo Castells, “nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser” (ibid., p. 23).

Nessa condição de esquizofrenia estrutural entre a função e o significado, os padrões de comunicação social ficam sob tensão crescente. E quando a comunicação se rompe, quando já não existe comunicação nem mesmo de forma

conflituosa, surge uma alienação entre os grupos sociais e os indivíduos, que passam a considerar o outro um estranho, e finalmente uma ameaça.

A teoria e a cultura pós-modernas celebram o fim da história e, de certa forma, o fim da razão, renunciando a nossa capacidade de entender e encontrar sentido até no que não tem sentido. A suposição implícita é a aceitação da total individualização do comportamento e da impotência da sociedade ante seu destino. Mas devemos nos lembrar que a busca pela identidade é tão poderosa quanto a transformação econômica e tecnológica no registro da nova história. Portanto, é essencial manter uma distância entre a avaliação do surgimento de novas formas e processos sociais, induzidos e facilitados por novas tecnologias, e a extrapolação das consequências potenciais desses avanços para a sociedade e as pessoas: só análises específicas e observação empírica conseguirão determinar as consequências da interação entre as novas tecnologias e as formas sociais emergentes.

Uma outra característica dessa revolução tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguirem em separado. Assim, a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores estão todos integrados nos sistemas de informação.

O atual processo de convergência entre os diferentes campos tecnológicos no paradigma da informação resulta de sua lógica compartilhada na geração da informação. O paradigma da tecnologia da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos. É forte e impositivo em sua materialidade, mas adaptável e aberto em seu desenvolvimento histórico. Abrangência, complexidade e disposição em forma de rede são seus principais atributos.

Assim, a dimensão social da Revolução da Tecnologia da Informação parece destinada a cumprir a lei sobre a relação entre a tecnologia e a sociedade proposta algum tempo atrás por Melvin Kranzberg: “A primeira lei de Kranzberg

diz: A tecnologia não é nem boa, nem ruim e também não é neutra” (Castells, 1999, p. 81). É uma força que provavelmente está, mais do que nunca, sob o atual paradigma tecnológico que penetra no âmago da vida e da mente. Mas seu verdadeiro uso na esfera da ação social consciente e a complexa matriz de interação entre as forças tecnológicas liberadas por nossa espécie em si são questões mais de investigação que de destino.

É relevante considerar neste tópico que quando ocorrem problemas de transição de um sistema produtivo a outro também são grandes as dificuldades do sistema econômico, institucional, legal e social em adaptar-se. Tais dificuldades são consideradas tão importantes e radicais quanto as próprias inovações técnicas em que se baseiam.

Os mais importantes temas políticos deste início de milênio – as transformações associadas à Era da Informação e do Conhecimento, a aceleração do processo de globalização, a crescente polarização entre países pobres e ricos, assim como a sustentabilidade do desenvolvimento econômico – não podem ser entendidos e tratados adequadamente sem uma reestruturação da teoria econômica.

A tecnologia da informação tem claramente sido uma poderosa força disseminadora de informação, e, de fato, caso o poder e a autoridade estejam sendo distribuídos, dispor da informação é fundamental. As pessoas não podem tomar as melhores decisões se estiverem desinformadas. Existem funções potencialmente maiores do que a Tecnologia da Informação pode desempenhar, ou seja, diferenciar forma e conhecimento. Uma coisa é disseminar informação; outra é impulsionar a inteligência.

Em breve levantamento sobre como o risco aparece no cinema, encontramos os seguintes títulos, e em muitos vemos o risco associado ao progresso, como se correr risco aumentasse a possibilidade de acesso a outro nível de situação social.

Tempos modernos – de Charlie Chaplin (1936): A tragédia de um indivíduo prisioneiro de um sistema policial que está plenamente dominado pelo progresso tecnológico. O risco da tecnologia presente.

Ser ou não ser – de Ernst Lubitsch (1942): Como uma tropa de comediantes arrisca suas vidas para resistir a Hitler.

O salário do medo – de Henri-Georges Clouzot (1953): Mario (Yves Montand) é um estrangeiro que vive de bicos na América do Sul e sonha em voltar para a França. Uma companhia de petróleo americana, que domina a região, propõe a Mario e outros três homens estrangeiros que levem um carregamento de nitroglicerina, para explodir um poço de petróleo em chamas, e em troca ganharem 2.000 dólares. Todos estão dispostos a arriscar a vida e fazem a viagem nas esburacadas estradas, onde qualquer solavanco mais forte poderá jogar os aventureiros pelos ares. Risco para sucesso.

A fúria de viver – de Nicholas Ray (1956): Como um grupo de jovens passa a se divertir com jogos perigosos. O risco como alternativa para sair da rotina.

O sétimo selo – de Ingmar Bergman (1956): Estudo de um personagem jogador, que brinca com a morte. Risco entre a vida e a morte.

Z – de Constantin Costa-Gavras (1969): Correr riscos frente a uma ditadura militar.

Aguirre, a cólera dos deuses – de Werner Herzog (1972): No século XVI, uma expedição de conquistadores espanhóis se embrenha na parte peruana da selva amazônica em busca de Eldorado, o reino de ouro perdido. Um ambicioso aventureiro derruba do comando seu superior e passa a dar ordens a um grupo de pessoas que se separa das demais para cumprir uma missão. Risco como forma de mudar de vida.

Síndrome da China – de James Bridges (1979): O perigo nuclear e as dificuldades da imprensa para informar a sociedade. Repórter fazendo uma série

de matérias sobre fontes alternativas de energia testemunha um acidente nuclear numa usina. Ele passa a lutar para tornar público o acontecido, enfrentando uma conspiração para abafar as sinistras consequências. Risco e informação pública. Direito de ser informado.

Le prix du danger – de Yves Boisset (1983): A televisão está filmando um jogo em que os jogadores arriscam ao vivo sua própria vida. O risco como emoção.

O sobrevivente – de Paul Michael Glaser (1988): Arriscar sua vida dentro de uma ditadura em que a caça ao ser humano está sendo filmada ao vivo. Em 2017, a economia estadunidense está em colapso e a sociedade encontra-se subjugada por um estado policial, com toda a atividade cultural sob censura. O governo mantém a população alienada, patrocinando a transmissão pela TV de inúmeros programas de jogos, nos quais criminosos sentenciados lutam por suas vidas em shows ao vivo.

Indiana Jones e a última cruzada – de Steven Spielberg (1988): Aventureiro na busca pelo Santo Graal – o famoso cálice sagrado. Aventura e risco.

Frankenstein de Mary Shelley – de Kenneth Branagh (1994): Médico famoso arrisca dar vida a uma criatura artificial. O risco para continuar a vida e modificar a natureza e progredir.

Tanguy – de Étienne Chatiliez (2001): A arte de viver na casa dos pais para não correr risco de viver sozinho mesmo aos 28 anos. Riscos normais do dia a dia.

O senhor dos anéis – A sociedade do anel – de Peter Jackson (2001): O risco da aventura para buscar poderoso anel, instrumento que confere poder absoluto a quem o possuir e que permitiria a Sauron, o malévolo Senhor de Mordor, dominar a Terra-Média e escravizar seus povos. Risco e poder.

O Pesadelo de Darwin – de Hubert Sauper (2004): O risco da globalização: Tanzânia. Entre 1950 e 1960, alguém soltou a perca do Nilo no lago Vitoria, o maior lago tropical do mundo. Acontece que ele é um predador, assim, em poucas décadas eliminou as outras espécies de peixes que havia no lago, transformando-o em um desastre ecológico. Porém, segundo alguns, isto é economicamente bom, pois o filé da perca do Nilo é exportado para a Europa, onde é muito consumido. Pescadores, operários de fábrica, funcionários públicos, pilotos de aviões de carga e principalmente os grandes exportadores ganham com isto, mas boa parte do povo, que deveria se alimentar com este peixe, está passando fome.

Match Point – de Woody Allen (2005): Estudo do caráter das relações de amor e ambição. Risco nas relações pessoais.

Menina de ouro – de Clint Eastwood (2005): O risco no esporte: uma jovem convence um veterano treinador a torná-la uma ótima lutadora, até que algo muda definitivamente o destino da atleta e seu treinador.

1.2. Risco e progresso

Para ganhar, temos que correr riscos. (Jean-Claude Killy)

Quem não arrisca não tem nada – ou quem não arrisca não petisca! (Provérbio Popular)

Risco e progresso estão desde sempre intimamente ligados. De Prometeu a Frankenstein, passando por Ícaro e Fausto, todos os grandes mitos sublinham a relação complexa que os une; todos fazem do homem um aventureiro que progride apenas se expondo ao perigo.

Afirmar-se em frente do outro, escolher o seu destino, pensar por si mesmo: cada um assume riscos para conhecer-se e desabrochar. Sobre o plano coletivo, a História terá justificado as utopias e as viagens mais incríveis. Depois de Hiroshima e Chernobyl, a desconfiança tem um lado de dúvida: é necessário guardar-se do progresso como do inferno? É necessário associar-lhe “um princípio de precaução”? E se o risco resistisse à melhor garantia da nossa liberdade?

Como referem Douglas e Wildavsky (1982), os indivíduos modernos não têm medo de “quase nada”, exceto da comida que comem, da água que bebem, do ar que respiram, da terra onde vivem e da energia que usam. As discussões sobre o risco têm recebido grande atenção pública, envolvendo e polarizando uma variedade de grupos que vão dos cientistas aos profissionais de saúde, legisladores, governantes, jornalistas, bioéticos e o público. Desenvolve-se então uma espécie de atividade de controle destinada a preservar a espécie humana que, frequentemente, culmina no emergir de uma nova moral para a área de saúde pública.

O controle sobre a vida de cada um se tornou cada vez mais importante, os sentimentos de insegurança surgem a todo instante. As pessoas lidam com medos e com formas e causas de ansiedade diferentes das que predominaram em tempos anteriores. Quando todas as pragas foram banidas como causa de morte, quando a mortalidade infantil foi balizada em patamares muito baixos (na maioria dos países industrializados) e quando muitos de nós esperamos viver até uma idade bastante avançada, os sujeitos passaram a ter medo de serem vítimas de um crime, de serem portadores de câncer, de sofrerem um acidente de automóvel, de perderem os empregos, de verem o seu casamento acabar ou os seus filhos falharem na escola.

Por outro lado, a aceitação do risco é também um dos requisitos da excitação e da aventura. Existe um prazer em voar de asa delta, ou em uma corrida de moto. Esta aceitação positiva do risco é para Giddens (2000), como vimos anteriormente, a própria fonte de energia criadora de riqueza numa economia moderna. As duas faces do risco, o seu lado positivo e o negativo, apareceram durante a primeira fase da sociedade industrial moderna.

O capitalismo moderno colocou-se no futuro (Giddens, 2000) ao calcular os possíveis ganhos e perdas (o risco). O nascimento da noção do risco esteve também relacionado com a capacidade de cálculo. Na sociedade atual, há muitos riscos que pretendemos reduzir ao mínimo, daí surgindo a criação de seguros privados ou comerciais. As pessoas se preparam para assumir os riscos baseadas

no seguro. Elas não eliminam o risco, apenas o transferem para a seguradora, onde a noção de destino foi substituída pelo conceito de futuro.

O seguro foi constituído para proporcionar segurança, mas na realidade se alimenta do risco e das atitudes das pessoas em relação a ele. Quando uma pessoa contrata um seguro para proteger seu carro de ser roubado, o risco não desaparece, como dissemos acima, mas passa a ser da seguradora. O risco está, assim, associado a um meio de regular e de normalizar o futuro, colocando-o no nosso domínio. As tentativas de controlar o futuro acabaram por se voltar contra nós, levando-nos a procurar novas formas de viver com a incerteza.

Na sociedade contemporânea, o uso do risco não tem muita relação com cálculos de probabilidades. Segundo a antropóloga Mary Douglas (1997), a palavra risco significa perigo, e alto risco significa muito perigo. O risco é usado apenas para relatar fatos negativos e não para significar possibilidades de progresso.

Numa rápida pesquisa pelas manchetes dos principais jornais do mundo encontramos que, na linguagem cotidiana, o risco está sendo usado quando se quer referir a uma ameaça, um acidente, um fenômeno negativo. A palavra risco, para Lupton (1999), tornou-se de uso comum, quer na linguagem popular, quer na linguagem dos peritos.

A definição de progresso, etimologicamente, vem do latim, *progressus*, ação de avançar no espaço, mas hoje podemos verificar para a palavra dois sentidos: progresso como evolução, desenvolvimento, avançar no tempo, e também como sinônimo de melhorias, mudanças de estados que consistem em uma passagem para um degrau superior, fazer progressos.

Hoje em dia, com a consciência da sociedade sobre os riscos ambientais, com as preocupações de preservação do planeta, um desenvolvimento qualquer não será aprovado simplesmente por suas características de trazer o progresso. Ele será avaliado também pelos riscos que poderá causar. Se os riscos forem

muitos, a sociedade atual pode não aceitar a inovação, pois ela pode significar um alto nível de risco.

Giddens (2000) considera que existem dois tipos de risco. O risco exterior, que resulta das imposições da tradição ou da natureza, e o risco provocado, que resulta do impacto de desenvolvimento tecnológico sobre o ambiente. A noção de risco se ampliou para outros domínios e deixou de estar localizada exclusivamente na natureza, passando a estar também nos seres humanos, na sua conduta, na sua liberdade e nas relações entre eles, caracterizando o destino humano como aventura.

1.3. O risco e a comunicação

Uma boa estratégia de comunicação não substitui uma estratégia sanitária fraca. Uma comunicação ruim pode fazer fracassar uma boa estratégia sanitária. OMS

A comunicação está sempre em torno do risco, tanto para identificar e avaliar o perigo, como para informar, trocar ou convencer, dentro ou fora da organização, tanto a instituição quanto a população. Além disso, a comunicação constitui ela própria um risco para a empresa, se não for dominada. As organizações então são confrontadas a diferentes dilemas: é necessário falar? É necessário calar-se? Como e até onde ir nas explicações? Informações muito documentadas sobre a incerteza podem ser comunicadas sem temor de efeitos perversos?

A dimensão comunicacional do risco emergiu há uma dezena de anos em torno da “comunicação de crise”, suscetível de aparecer quando o risco torna-se acontecimento. Pouco abordada até agora, nos aparece, no entanto, como uma problemática em emergência de primeira importância que vai bem além da comunicação de crise que abrange apenas um aspecto.

Portanto, em termos mais específicos, propomo-nos a análise do papel da comunicação (meios, técnicas e linguagens) em situações de risco, para melhor perceber e avaliar a responsabilidade dos meios de comunicação na construção e

divulgação do imaginário em torno da questão do risco e a sua contribuição na configuração da chamada “sociedade de Risco”.

Este nível de pesquisa também seria uma ocasião oportuna para o exame da dimensão reguladora, ordenadora e biopolítica coerciva da Comunicação de Risco. Num mundo desprovido de certezas, o Risco se impõe, por meio de seu discurso normativo, como limite comportamental e moral para o sujeito contemporâneo.

Afinal, seguindo as idéias de Fairclough (2001), dentre outros pensadores da linguagem, admite-se que tanto a identidade dos indivíduos como a configuração geral da sociedade são produtos dos discursos atuantes num tempo e num espaço determinados. É a partir da interação discursiva e do cruzamento dos “textos” disponíveis na arena social que se conformam as posições políticas, os enunciados ideológicos, os papéis e hierarquias sociais e os quadros normativos que delimitam um dado recorte social (Fairclough, 2001, p. 91).

Por outro lado, propomo-nos uma análise do papel “positivo” ou “construtivo” da comunicação (de risco) na prevenção e gestão de crises e catástrofes. Pois, como já adiantamos, mesmo que a “Comunicação de Risco” contenha em si elementos coercivos e de controle, “os Riscos de Incomunicação” podem ter consequências catastróficas sobre a organização social.

Conceito relativamente novo no campo das ciências sociais e humanas, a “Comunicação de Risco” diz respeito a:

1. Processos de comunicação e transmissão de informações úteis e pertinentes entre especialistas de diferentes áreas;
2. Processos de comunicação e transmissão de informações úteis e pertinentes entre esses mesmos especialistas e a mídia em casos de risco e catástrofes;
3. Modos e modalidades de “conscientizar”, sensibilizar, educar e informar o grande público (em sua heterogeneidade, seu desconhecimento e

sua falta de interesse) sobre comportamentos e atitudes duradouros que acarretam riscos para sua saúde, sua segurança e seu bem-estar;

4. Modos e modalidades de “conscientizar”, sensibilizar, educar e informar o grande público (em sua heterogeneidade, seu desconhecimento e sua falta de interesse) sobre eventos pontuais suscetíveis de acarretar riscos para sua saúde, sua segurança e seu bem-estar.

Consideraremos as seguintes definições:

Risco: a possibilidade de dano a uma comunidade vulnerável.

Emergência: Alterações ou danos que podem ser resolvidos pela mesma comunidade.

Desastre: dano de grande magnitude que supera a capacidade de resposta da comunidade.

Crise: extrema dificuldade social, econômica e/ou, política em emergências e/ou desastres.

Assim, uma situação de risco pode converter-se em uma emergência, ou em um desastre, ou em uma crise.

Analisando recentes acidentes, catástrofes e situações de risco ocorridos em várias partes do mundo para examinar e refletir sobre a contribuição (negativa ou positiva) da comunicação no enfrentamento de tais episódios, podemos observar que a avaliação de episódios que ficaram conhecidos por seu sucesso ou fracasso auxiliaria no estabelecimento de um modelo de comunicação de risco que considere todas as facetas do fenômeno de risco. Exemplos disso seriam os casos do Katrina, da Vaca louca, do H1N1, etc.

2. Percepção do risco: perigo e ameaça

Defino como uma cirurgia muito importante qualquer coisa que irão fazer.

(Woody Allen)

É igualmente razoável aceitar as conclusões apenas prováveis de um matemático e exigir demonstração rigorosa de um orador. (Aristóteles)



O Risco inclui dois fatos de perigo, o físico e a reação das pessoas ao mesmo. A percepção do risco é eminentemente subjetiva, conforme a época, as particularidades culturais e o sistema de valores dos indivíduos interessados. Assim, o motorista não parecerá comovido pelos múltiplos acidentes causados pelo seu meio de transporte, mas poderá ficar impressionado com os acidentes de avião. Do mesmo modo, o fumante se preocupará com a doença da vaca louca, ainda que a probabilidade de ser contaminado seja para ele infinitamente menor do que a de morrer de câncer. Esta percepção é ainda mais subjetiva na medida em que agrega duas dimensões de difíceis apreender: a probabilidade do acontecimento e a gravidade deste.

Esse distanciamento, às vezes considerável, entre a percepção do risco e a sua amplitude real, que o prisma midiático contribui para acentuar, aponta para o verdadeiro desafio de uma decisão tomada para garantir a segurança. Esta decisão deve considerar mais o aspecto de gerir a percepção do risco que o risco por si mesmo.

A comunicação dos riscos constitui um dos desafios mais importantes para os técnicos. O fator comunicação dos riscos diminui as distâncias entre a percepção dos leigos e a dos peritos. Os leigos tendem a ser identificados como receptores passivos de estímulos independentes, percebendo os riscos de forma não científica, pobremente informada e irracional. Estima-se que os riscos percebidos pelos leigos não necessariamente correspondam aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência.

Cena 1 – O avião está pronto para decolar, escutamos a voz da comissária de bordo falar das medidas necessárias para situação de perigo. Ninguém no avião presta atenção. Todos disfarçam sua tensão com chicletes, balas, jornais e livros.

Cena 2 – Depois de algum tempo a voz do comandante fala sobre o vôo. Este tipo comentário, à primeira vista sem sentido, fornece mensagem de que estamos de volta à normalidade. Como se tivéssemos recebido o sinal de que estamos com o controle. Como se tivéssemos saído da zona de desconforto.

Cena 3 – “Feriadão soma 114 pessoas mortas em rodovias federais.” A cada feriado assistimos a uma repetição desta mesma manchete nos principais jornais do país, com uma pequena variação nos números. Caso isto acontecesse nos aeroportos, teríamos passeatas e manifestações para fechar o aeroporto, pois haveria uma amplificação social do risco.

Evidenciamos que a emoção e tomar decisão são dois fatores muito importantes para a comunicação de risco. O medo aumenta a percepção do risco e a sensação da raiva diminui.

De todos os cenários de riscos, é no da cena três que percebemos que viajar de avião é um risco aceitável, há virtualmente um equilíbrio entre a confiança e o cálculo do risco. O que é visto como risco aceitável, uma minimização do perigo, varia em diferentes contextos, mas é geralmente central na manutenção da confiança. Viajar pelo ar pode parecer uma atividade

inerentemente perigosa, uma vez que o avião parece desafiar as leis da gravidade. Mesmo assim o risco não é apenas uma questão de ação individual (Giddens, 1991), existem os ambientes de risco que afetam coletivamente grandes massas de indivíduos, como é o caso do risco de desastre ecológico ou guerra nuclear. Para Giddens, podemos definir como segurança uma situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado. A experiência de segurança baseia-se geralmente num equilíbrio entre confiança e risco aceitável.

Para Giddens, um mundo estruturado principalmente por riscos humanamente criados tem muito pouco lugar para influências divinas, ou de fato para apropriações mágicas de forças ou espíritos cósmicos. É central para a modernidade que os riscos possam ser em princípio avaliados em termos de conhecimentos generalizáveis sobre os perigos potenciais, uma perspectiva na qual noções de fortuna sobrevivem no mais das vezes como formas marginais de superstições. Quando o risco é conhecido como sendo risco, ele é vivenciado de modo diferente do que em circunstâncias em que predominam noções de fortuna. Reconhecer a existência de um risco ou conjunto de riscos é aceitar não só que as coisas possam sair errado, mas também que esta possibilidade não pode ser eliminada. E é exatamente onde são maiores os riscos, com consequências devastadoras, que a fortuna tende a voltar, segundo Giddens.

Analisando o Haiti depois do terremoto de janeiro de 2010, encontramos precisamente esta situação. Após o terremoto, as igrejas evangélicas tiveram um crescimento muito grande. A maioria da população tenta encontrar explicações para tal situação pela Fortuna. Mas a população não demandou por um plano de governo para situações de risco de terremoto. O país se encontra em cima de uma falha geológica com alta possibilidade de eventos sísmicos.

Esta ambiguidade da ação de segurança pode ser ilustrada por uma decisão tomada recentemente na Suécia para lutar contra a leucemia (Sjöberg, 2001). Estudos médicos mostraram que a exposição longa a campos eletromagnéticos gerados por linhas à elevada tensão aumentava o risco de leucemia nas crianças. Embora estes resultados sejam controversos, decidiu-se enterrar estas linhas no subúrbio de Estocolmo, a fim de eliminar esta causa

possível de doença. O custo de enterro das linhas foi de 750 milhões de dólares americanos por caso de leucemia evitado. Comparativamente, os riscos ligados ao tabagismo são conhecidos e o efeito de uma campanha antitabaco é considerado inferior a 500 dólares por caso de um câncer evitado.

2.1. Ameaça e percepção – peritos versus leigos

Os riscos que matam as pessoas e os riscos que alarmam são diferentes. (Covello, 2001)

As pessoas respondem unicamente aos riscos que percebem. (Slovic e Lichstenstein S., 1980)

No Livro *A percepção do risco*, Slovic (2000) analisa como as situações de risco têm impacto sobre nossas decisões, medos e confiança. Em cidades violentas, o risco de assaltos, roubos ou sequestros faz cada vez mais com que as pessoas mudem sua rotina e passem a investir mais dinheiro do que tencionavam em segurança. Slovic ainda alerta que é crucial que os governos promovam campanhas informativas sobre os riscos aos quais as pessoas estão expostas e sugere que os criadores de leis escutem mais a ciência e as estatísticas.

Slovic esclarece que pessoas com diferentes níveis educacionais têm diferentes percepções de risco: as pessoas que tiveram menos oportunidade de estudar se sentem mais vulneráveis. Se a pessoa percebe que tem controle de sua vida, que a sociedade a trata com justiça e que tem oportunidades, ela acaba se dando liberdade de arriscar mais. As situações não lhe parecerão tão arriscadas, e isso dá mais coragem. Por outro lado, se a pessoa se sente discriminada e sem controle, o mundo lhe parecerá bem mais perigoso.

Por percepção de risco entende-se a forma como os leigos pensam sobre o risco e inclui um conjunto de crenças e valores que dão significado a um acontecimento ameaçador. Ao considerar o comportamento como um sistema, é possível classificar fatores externos (do meio ambiente) e internos (do próprio indivíduo).

As pessoas reagem aos riscos que percebem, e se suas percepções forem

equivocadas, esforços de proteção nos âmbitos pessoal, público e ambiental podem ser mal orientados.

A comparação entre risco real e risco percebido foi feita pelo jornalista Peter Sandmann, especialista norte-americano em comunicação de risco, em sua famosa fórmula: *Risk = Hazard + Outrage* (Risco = Perigo + Ameaça),² com a qual procurava fazer a análise dos riscos avaliados por especialistas e a sua compreensão pelo público em geral, buscando meios de diminuir a distância entre estes dois grupos.

Para Giddens, em *Consequências da modernidade*, o perigo e o risco estão ligados, mas não são a mesma coisa. O que o risco pressupõe é precisamente o perigo, não necessariamente a consciência do mesmo. O perigo assim é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados.

Esta reflexão permite ainda que se questione sistematicamente a produção científica associada ao risco e que se reconheça a importância de valorizar a percepção do risco desenvolvida por cada indivíduo, família, grupo ou comunidade. Ela também nos remete para a questão de como serão apropriados os novos saberes sobre o risco e como se irá operar a reconstrução dos atuais modelos de produção de cuidados de saúde em face desta nova realidade.

Com a entrada em cena de novas tecnologias de informação, entre elas a Internet, o debate científico sobre os riscos em si, e sobre como poderiam ser gerenciados, saiu do âmbito dos encontros restritos aos pares e passou a ser compartilhado com a população leiga (Monteiro, 2009).

Grandes acidentes de proporções internacionais como Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, o caso da Vaca Louca e da Febre Aftosa na Inglaterra, em

² “O problema central é concordar sobre a definição de termos. Para os especialistas, o risco equivale à mortalidade anual prevista. Mas para os administradores públicos, o risco significa muito mais. Redefinindo os termos. Chamaremos a taxa de mortalidade (o que para os especialistas é o risco) de ‘perigo’. E chamaremos todos os fatores demais, conjuntamente, de ‘ameaça’. O risco, portanto, é a soma do perigo e da ameaça. As pessoas prestam pouca atenção ao perigo, enquanto que os especialistas negligenciam da ameaça. Não é de estranhar, então, que classifiquem os riscos de maneira diferente” (Peter Sandman. Disponível em <http://www.petersandman.com/indxoutr.html>. Acesso em: maio de 2009).

1996, e as ameaças do vírus H5N1, entre outros acontecimentos, levam a novos caminhos para o entendimento e a pesquisa sobre a comunicação de questões do risco. Estudos feitos por Leiss e Powell (1996) analisam os documentos produzidos pelos governos, indústrias e organizações e a cobertura realizada pela imprensa, visando entender como se forma a percepção dos riscos e dos benefícios e como um perigo em particular se torna controverso ou passa a ser um risco.

Quando o lugar ocupado pelo público tornou-se privilegiado, a comunicação de risco passou a incluir a necessidade de este público saber mais sobre ciência, surgindo assim, nos Estados Unidos, a aquisição dos conhecimentos como alfabetização científica, na França como cultura científica e na Inglaterra como compreensão pública da ciência. Criou-se, então, uma nova tendência de diferenciar a comunicação de risco da comunicação de crise, propriamente dita.



Quais são as alternativas propostas por Beck e Giddens para enfrentar os riscos da alta modernidade? Na resposta a essa questão, encontra-se um dos eixos principais em que se observa a distância qualitativa entre as análises de Giddens e Beck e a dos cientistas sociais que estudam os riscos. Para ambos os teóricos sociais, lidar com os riscos leva a uma redefinição do que se entende por política, diferente da que caracterizava as estratégias de emancipação, próprias da sociedade de classes, numa fase anterior da modernidade. A sociedade de risco tem fortes implicações para repensar toda a agenda política porque, como diz Giddens (1998), pressupõe uma reorientação de valores e das estratégias para atingi-los.

Governos e empresas estão aprendendo que a comunicação de risco é um negócio arriscado, propenso a produzir efeitos contraprodutivos e ter consequências não intencionais (Nelkin, 1984 b). Esforços para informar o público sobre riscos estimados associados com os perigos identificados devem ser cuidadosamente considerados para evitar o alarmismo, por um lado, e a complacência, por outro. Situações perigosas são agravadas pela assessoria oficial, ao divulgar o que é mal julgado ou mal interpretado, de modo que há uma compreensível relutância para ir a público quando os riscos potenciais são os primeiros a serem identificados. Mas os funcionários públicos estão sob grande pressão para dar informações precisas, logo que possível, e serão responsabilizados se não o fizerem. Daí o dilema moderno: as autoridades devem divulgar os fatos, de forma clara e abrangente, mesmo quando elas próprias não têm certeza de quais são esses fatos. A dificuldade de tomar decisões críticas em condições de incerteza é, portanto, agravada pelas dificuldades de representar estas incertezas para o público, especialmente um público ignorante na interpretação de medidas de risco e irrealista sobre o caráter do conhecimento científico.

A pesquisa sugere que existem desvios sistemáticos na percepção de riscos, a maioria das pessoas que têm maior propensão a superestimar o risco de baixa frequência de eventos de grande magnitude (catástrofes como explosões nucleares ou desastres de avião) subestima o risco de alta frequência, baixa magnitude de eventos (acidentes de rotina no lar, acidentes de viação, etc.) (Royal Society, 1992). Tais vieses garantem que a racionalidade de peritos e as preferências do público muitas vezes não coincidem.

Talvez o problema mais básico, hoje, no entanto, seja o da confiança do público em relação às “autoridades”. Setores da população têm visto com desconfiança funcionários do governo e grandes organizações, acreditando que seus interesses e motivações não coincidem com os seus próprios. Da mesma forma, as alegações de “científico” e peritos são frequentemente vistas com algum ceticismo, especialmente se outros especialistas concorrentes oferecem aconselhamento. Se essa desconfiança é por causa da nova expectativa por

parte do público, dos pobres registros de segurança de algumas organizações, da publicidade hoje concedida às catástrofes ou das ameaças de segurança – ou, como discutirei mais tarde, por causa das mudanças subjacentes na organização social –, o resultado é que os funcionários públicos e especialistas científicos não podem mais pensar que os seus conselhos serão considerados como verdades inquestionáveis.

A avaliação de riscos e a gestão de riscos são atividades que todos os seres humanos amadurecem constantemente para realizar sua vida diária, muitas vezes sem muita reflexão consciente. Vamos usar todos os *know-how* e informações (de qualidade variável) para resolver os riscos com que nos confrontamos – às vezes tentando dirigir com segurança, às vezes interagindo com eles para o prazer e lucro, na maioria das vezes tentando riscos e recompensas, contra o *trade off* da eficácia das precauções. O senso comum sobre como lidar com o risco baseia-se em todos os tipos de superstições, receitas práticas e sabedoria popular, mas em sociedades modernas também se baseia fortemente em especialistas, conhecimento científico e gestão das instituições de risco, especialmente concebidos para esta finalidade. Esta relação entre atores leigos e os conhecimentos científicos é uma característica central da sociedade moderna, para a qual a opinião de especialistas sobre temas como dieta, saúde, relacionamentos, finanças e investimento influem no público e na consciência sobre as rotinas diárias dos indivíduos (de Giddens, 1991). O imediatismo da relação entre leigos e conhecimentos, e na medida em que a conduta diária é agora regida pelo conhecimento reflexivo e não por hábito e tradição, tem assegurado que a ciência fique agora na opinião pública muito mais do que anteriormente – muitas vezes com consequências negativas para a credibilidade dos conhecimentos científicos.

A questão de quem é responsável pela regulação do risco é fundamental. Os governos devem ser responsáveis pela segurança dos seus cidadãos e gerir os riscos que os afetam regularmente? E se os indivíduos gerirem seus próprios riscos, sempre que possível, contando com um seguro privado, direito civil e prudência simples? E as corporações? Elas devem ser legalmente obrigadas a garantir a segurança dos seus funcionários, clientes e partes interessadas? Ou é

um adequado mecanismo de mercado para a entrega dos níveis de qualidade e segurança que os consumidores preferem? Se a regulação do governo é necessária, que tipo de regulamentação é o mais adequado? Estes quadros levantam muitas questões políticas e questões jurídicas hoje, desde a política ambiental e de luta contra a poluição até o direito do trabalho e os benefícios do estado de bem-estar.

Na prática, a responsabilidade pela gestão de risco é parcelada entre indivíduos, corporações e agências governamentais, com particular distribuição das responsabilidades e a possibilidade de ser um ótimo indicador da política e da estrutura econômica da sociedade em causa. Em sociedades mais assistencialistas, o Estado tende a atuar como gerente-geral de riscos, fazendo gestão do risco por meio de extensa regulamentação, normalização e fiscalização, e funciona como uma seguradora de último recurso para as perdas não compensadas de outra forma.

A longo prazo, a tendência nas sociedades modernas é que os governos tornem-se cada vez mais responsáveis pela gestão de risco, que passem a gerir os riscos por meio de regulamentação legal, normas e padrões legais, tornando o seguro obrigatório, e a prestação de benefícios para aqueles que precisam. A gestão de riscos – geralmente conhecida por outro nome – sempre foi uma função básica do Estado, pois significa a garantia da paz interna, da lei e da ordem, e a defesa contra a invasão estrangeira. E pelo menos desde o período pré-moderno, o “poder de polícia” do Estado tem estendido o saneamento rudimentar, em razão de epidemias, controlando trabalhadores ociosos e os pesos e as medidas de regulação. Mas nos Estados modernos, independentemente de faixa, a gestão de risco tornou-se uma tarefa essencial de governo que atinge praticamente todos os domínios: desde a regulamentação de alimentos e medicamentos até as normas de fabricação, de segurança e saúde no trabalho; de regulamentação ambiental; do seguro social e de política econômica para o estabelecimento de normas e responsabilidade civil. Por meio de suas ações e omissões, governos em todos os lugares alocam os riscos e os perigos e distribuem os custos, em particular na configuração política. Mas a tendência de longo prazo tem sido os governos fazerem mais e mais do trabalho

de gestão de riscos próprios.

Portanto, a comunicação de risco não é sinônimo de comunicação de crise, o que veremos no próximo item.

2.3. Tipos de comunicação de risco

A sabedoria não é tomar indiscriminadamente todas as precauções, mas escolher aquelas que são úteis e ignorar o desnecessário. (Jean-Jacques Rousseau, Julie ou la nouvelle Héloïse)

Uma situação de crise está ligada à comunicação de risco, mas não necessariamente uma comunicação de risco significa que estamos diante de uma crise. Elas não são sinônimas, mas estão ligadas. A comunicação de risco diz respeito às informações estratégicas e de longo prazo, e a comunicação de crise lida com situações de curto prazo. É o momento em que o evento acontece.

O Governo do Canadá desenvolveu vários estudos sobre esta situação e fez a seguinte distinção entre as duas situações.

A comunicação de risco está focalizada na possibilidade de ocorrência de eventos futuros, nos quais decisões sobre gerenciamento e prevenção são o ponto central. A comunicação de crise lida com um evento já ocorrido, quando informação e ações para mitigar os sentimentos e as perdas dos envolvidos no acontecimento são necessárias. (Canadá, 2001)

A partir de 1970, a comunicação de risco passou a fazer parte do cotidiano das organizações. Ela passou a ser uma área de preocupação. Questões públicas e acidentes estão presentes na dinâmica das organizações. Com a situação enfrentada com o Furacão Katrina, por exemplo, percebemos em tempo real a importância de a comunicação de risco estar estruturada e planejada para ser posta em prática em situações de crise. Em época de crise, as organizações não têm tempo para se estruturar e responder às demandas que a população exige. Uma situação de crise gera polêmica e rompe com a rotina dos acontecimentos.

O acidente tende a ter resultados que são opostos aos acontecimentos de rotina. Em vez de ser um contributo deliberadamente planejado, ele fomenta

revelações que levam a outro tipo de atenção pública, fazendo assim que as organizações terminem por prestar informações soltas e contraditórias. Se a informação nesses momentos não for tratada adequadamente pelos profissionais das organizações, eles podem se transformar em crises institucionais, gerando prejuízos na imagem da empresas e em seu balanço econômico também.

Como já vimos em itens anteriores, a sociedade atual pode ser definida como “Sociedade de Risco”, e esta cruza com o processo de Globalização; a contemporaneidade é marcada pela centralidade da Comunicação como principal eixo de organização social, e a própria Globalização é um fenômeno, primeiro e antes de tudo, midiático – comunicacional, portanto.

Na busca de um modelo de gerenciamento da informação em situações de risco, passível de estabelecer compreensão mútua e confiança entre especialistas, atores sociais, mídia e público em geral, construímos uma hipótese central de trabalho, baseada na combinação crítica de quatro diferentes modos de lidar com o Risco (como conjugação de Perigo e Ameaça) a partir de uma perspectiva comunicativa.

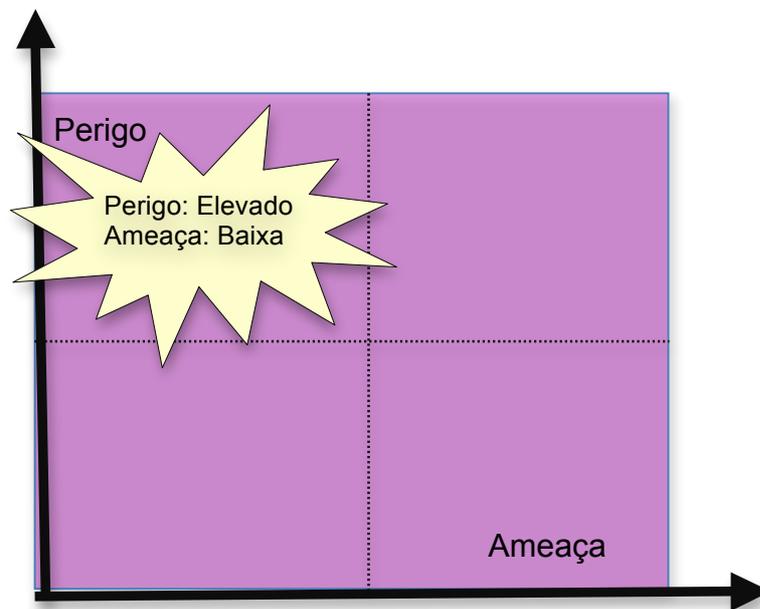
Entendemos o termo “mídia” como o conjunto dos diversos meios de comunicação social a partir do original latino *media*, que nos anos 1940 passou a se institucionalizar como espaço de interação social. Assim, a mídia conta com os suportes tecnológicos ou veículos da mensagem e constitui-se como campo social.

Levamos em conta que, na comunicação, são as controvérsias que integram a rotina profissional dos jornalistas. O conflito é a pressuposição tradicional que orienta o enquadramento das notícias.

Abaixo, temos a adaptação dos tipos de comunicação de risco segundo o grau de perigo e o nível de apreensão da população, reformulando o conceito de tipos de comunicação de Sandman (2005).

a) **Comunicação de risco como relações públicas** – Educação sobre a situação: Perigo elevado, baixa ameaça – alertar as pessoas – Cuidado! Precaução, Advogacia.

- Público – Apático, não está interessado, é difícil atrair sua atenção.
- Tarefas – Mensagens que provoquem mais ação.
- Meios – Meio de comunicação de massa.
- Barreiras – Falta de atenção do público.



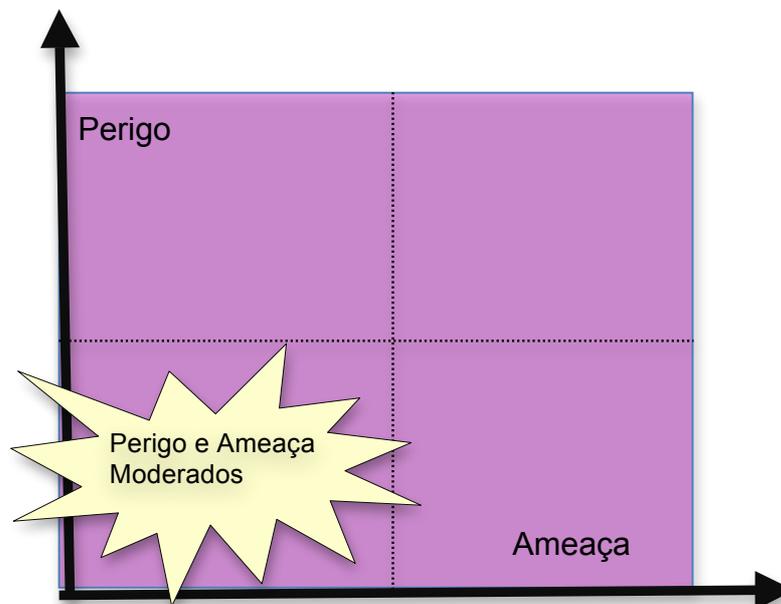
Um exemplo que podemos situar neste quadrante seria o do Dengue, tendo em vista que a população não percebe o perigo da água parada. Mas o perigo real de morte por dengue é elevado. Nestes casos será necessário enfatizar o perigo para a população.

Serão necessárias técnicas de comunicação voltadas para mobilização social em torno do problema principal, fazer com que as pessoas tenham consciência do perigo. Normalmente as pessoas são otimistas: “Isto não irá me afetar”.

Outros exemplos da situação são os usuários de cigarros e de álcool.

b) Comunicação de risco como relações com interessados diretos – Perigo e ameaça moderados. Dialogar com pessoas diretamente sobre risco significativo mas não urgente.

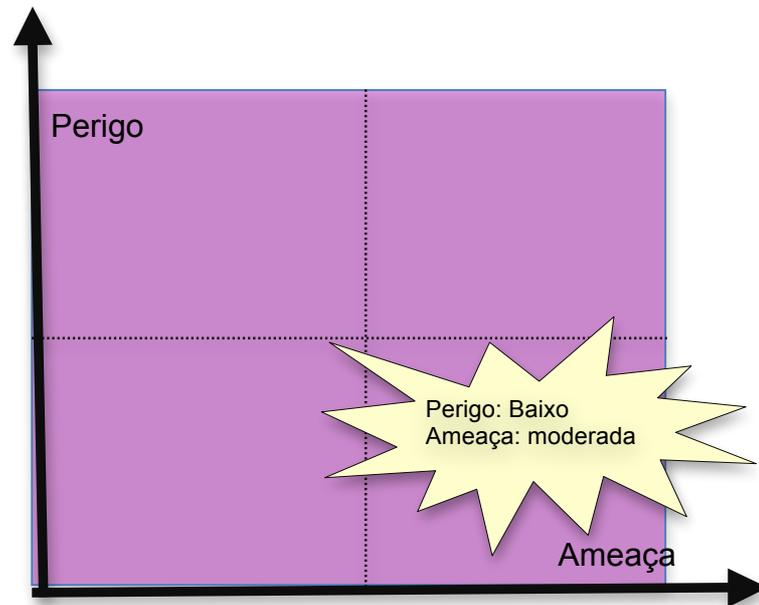
- Público – Interessado direto, interessado e atento.
- Tarefas – Debater, responder ao público interessado.
- Meios – Diálogo, complementado por meios especializados.
- Barreiras – Ineficiência do diálogo entre duas pessoas



Exemplos desta situação estão em relação direta com alguns casos de doenças, ou determinadas situações, nas quais não temos situação de perigo e tampouco o público assim percebe. Casos específicos de doenças para certos grupos, como autismo.

c) Comunicação de risco como manejo de ameaça – Perigo baixo e ameaça moderada. Gestão da indignação, tranquilizar as pessoas. Acalmem-se!

- Público – Ameaçado, fanático, com razão ou não. Atento.
- Tarefas – Reduzir a ameaça, escutar, compartilhar o controle e crédito.
- Meios – Diálogo pessoal, deixar o público falar.
- Barreiras – Ameaça.

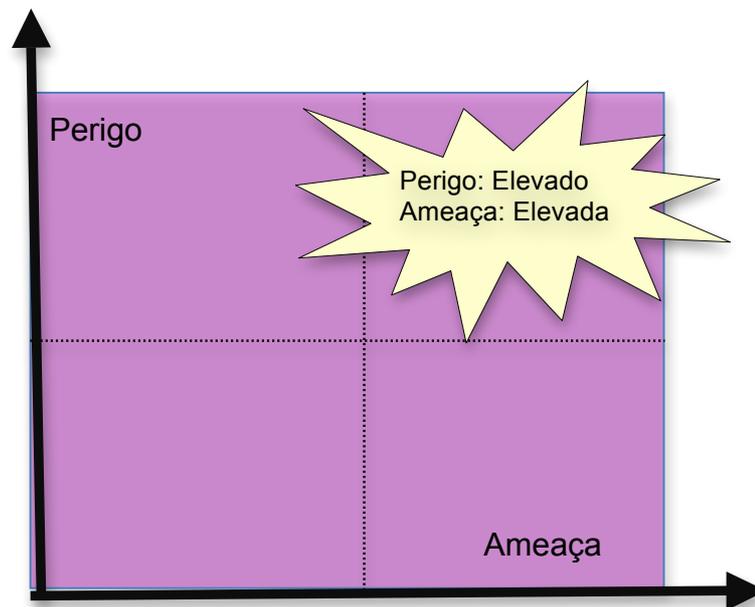


Nesta classe podemos citar o exemplo da Febre Amarela, acontecido no ano de 2008, no Brasil. A população percebeu como perigo, correu aos postos de vacinação, e muitas foram vacinadas duas vezes.

Nesta situação teremos que agir com informações para a população que a tranquilizem, para que possa tomar decisões a respeito da situação. É importante nestas ocasiões colocar na imprensa vários especialistas falando sobre a situação.

d) Comunicação de risco como comunicação de crise propriamente dita – Perigo e ameaça elevados. Em uma crise não há público, cada pessoa é um interessado direto. Comunicação de Crise. Ajudar as pessoas a lidar adequadamente com a situação. “Nós vamos superar isso juntos.”

- Público – Inquieto, ameaçado, tem mais medo que raiva.
- Tarefas – Ajudar o público a suportar seu medo e sofrimento.
- Meios – Meios de comunicação de massa, diálogo de pessoa a pessoa, se possível.
- Barreiras – Estresse causado pela crise, não entender a diferença entre comunicação de crise e as relações de rotina.



Exemplo: Katrina, Tsunami, Terremotos. Quando temos uma situação de perigo e de ameaça como estas, é importante estabelecer um porta-voz, ter um plano de ação, procurar ser rápido em divulgar as informações. E deve-se evitar dizer frases como “Temos controle da situação”. Como a situação é realmente delicada, ela poderá mudar nos próximos momentos, e o porta-voz acaba perdendo credibilidade. O viés político para gerenciar a crise fica mais evidente.

Para ilustrar concretamente a importância da gerência da comunicação em situações de crise, temos o caso do vazamento de óleo no golfo do México e vírus H1N1.

No início de sua conferência de imprensa sobre Influenza A-H1N1, o diretor em exercício do CDC, Richard Besser, disse explicitamente: “Nossas recomendações, conselhos e abordagens provavelmente irão mudar à medida que aprendemos mais sobre o vírus”.

E quando estamos frente a uma situação de risco, não sabemos como ela irá evoluir, o aconselhável seria tender para o lado mais preocupante. Exatamente o contrário do que fez o diretor da British Petroleum, Tony Hayward,

no caso do vazamento do Golfo, ao dizer que “o impacto ambiental desta catástrofe é provável que tenha sido muito, muito modesto”, seguido de outro erro ao falar do alcance do vazamento.

O cidadão comum não tem sequer uma pista sobre quantos galões ou tambores constituem um derrame realmente grande, ele se deixa levar pela linguagem utilizada: “apenas” 5.000 barris por dia é muito menor do que derramar 5.000 barris por dia. Uma dica seria chamar estas ocorrências de “cenários” em vez de “previsões”, salientando que não se está colocando todos os ovos na mesma cesta. Não basta fazer previsões, como se fosse um observador. O mais indicado é falar sobre o que se está fazendo: o que está sendo feito para aumentar a probabilidade de cenários melhores e que se está fazendo tudo para estar preparado para o pior dos cenários. É importante haver os dois. Em um desastre tão grande, queremos ver o presidente Obama voando para o Golfo do México não uma, mas muitas vezes, queremos vê-lo falando em mangas de camisa, não apenas com altos assessores, mas também com os voluntários e as vítimas; neste sentido, a tarefa de comunicação de crise é validar que as opiniões divergem, e ajudar as pessoas a suportar a ansiedade que provoca - não tentar promulgar um consenso falso.

É importante, nessas situações, fornecer o contexto do que está acontecendo, com histórias de como as pessoas sobreviveram à situação. Cuidado com números, porque as pessoas têm dificuldade de interpretá-los. O que é maior: $9+8+7+5+3+2$ ou $2+3+5+7+8+9$?

Algumas profissões estão mais abertas a riscos, como os cirurgiões e pilotos. Mas esses profissionais são altamente treinados para isso. São profissionais que não se veem lidando com riscos – sentem-se preparados o suficiente para exercer suas funções. Essas pessoas são preparadas para controlar os riscos. Por isto é importante ter planejamento, para tentar controlar os riscos a que estamos expostos.

Independentemente das classificações acima, podemos situar o risco em três categorias para intervenções das atividades de comunicação.



Risco percebido diretamente

Os riscos são geridos diretamente e são perceptíveis intuitiva e intuitivamente – temos maior capacidade de lidar com estes riscos. Com a evolução, gerimos também intuitivamente. Antes de atravessar uma rua, procuramos administrar os riscos e monitoramos o ambiente.

Riscos percebidos por meio da ciência

Este tema fica cada vez mais relevante, pois, mesmo se percebidos diretamente, os riscos neste caso não podem ser geridos pela grande maioria das pessoas, que precisam contar com a ajuda da ciência. Esta procura descobrir os riscos habitualmente invisíveis. O risco está em estreita relação com incerteza.

Risco virtual

Nesta categoria, não podemos demonstrar conhecimento suficiente para atribuir probabilidades. Os cientistas admitem a ignorância, ou os cientistas respeitáveis sustentam diferentes pontos de vistas sobre o tema, confundindo o cidadão comum.

3. O Risco nas ciências da saúde: Influenza A-H1N1 (2009) como risco sanitário

Em tempos normais, espera-se muito da imprensa. Em situações de emergência ou crise, as nossas expectativas são intensificadas. Se perigos ou riscos são subnotificados, os meios de comunicação enfrentam acusações de indiferença, se eles são amplificados, as acusações de sensacionalismo inevitavelmente se seguem. Para os jornalistas e comunicadores de saúde, o objetivo é o meio termo. É uma tarefa extremamente difícil.

O objetivo deste capítulo é oferecer algumas reflexões sobre a dinâmica da atuação da mídia em emergências de saúde, e abordar as implicações para a comunicação no que se refere à saúde pública. O caso do novo vírus H1N1 fornece uma ilustração convincente.

A modernidade é, de fato, indissociável da emergência de uma visão de mundo que articula a experiência de um sujeito racional e cognoscente, ciente de suas limitações, com sua capacidade de identificar os riscos que o rodeiam e de gerenciá-los. Trata-se de uma virada cognitiva que resulta não apenas na “tomada de consciência” dos riscos “humanamente controláveis”, mas também na certeza otimista de poder evitá-los e estabelecer zonas de segurança cada vez maiores. A fé na razão e na ciência assume, então, o papel emancipatório de poder avaliar e quantificar o caos, a aleatoriedade e a desordem e antecipar suas consequências, na tentativa de dominar o risco e conjurar o perigo e a ameaça do desconhecido.

Parece evidente que a “Comunicação de Risco” é tanto um horizonte epistemológico como uma atuação social e política que deve ser, ao mesmo tempo, pesquisada e analisada, praticada e aprimorada. Qual seria, portanto, o lugar da comunicação num sistema de risco? Quais seriam os quadros de ação que poderiam auxiliar o especialista, o agente social e o profissional de Comunicação confrontados com situações de risco e/ou catástrofes?

O desenvolvimento das nossas sociedades é caracterizado pela emergência e pela multiplicação de sistemas complexos que abrangem tanto os produtos quanto as organizações. Esta evolução faz que o homem fique intrinsecamente frágil e cada vez mais sensível, tornando necessária a implantação de múltiplos mecanismos de vigilância e de proteção.

A complexidade e o risco que lhe é intimamente ligado conduzem a uma forma específica de concepção de mundo que se diferencia da dos produtos comuns, em razão do lugar da incerteza e da pluralidade dos conhecimentos e atores mobilizados. É por isso que ao processo desta concepção acima é associado geralmente um outro, de gestão dos riscos, o qual consiste em antecipar o mais depressa possível o risco e em analisar as consequências dos problemas que podem ocorrer durante todo o ciclo de vida de um produto.

Uma das características mais marcantes da comunicação organizacional de nossos dias é a incidência avassaladora de múltiplos temas controversos que têm exigido das suas direções (e particularmente das estruturas profissionalizadas de comunicação) disposição e competência para enfrentá-los.

Evidentemente, a relação das organizações com temas tão diversos depende de sua área de atuação, mas há alguns que dizem respeito a todas elas, como a problemática ambiental (em especial a obrigatoriedade de uma gestão sustentável), a questão ética (a transparência é um dos atributos da organização moderna) e a responsabilidade social (respeito ao consumidor, à comunidade, aos funcionários, etc.).

Para algumas organizações, alguns temas são absolutamente nevrálgicos, como o respeito à biodiversidade para as empresas que fabricam e comercializam transgênicos; a saúde para a indústria tabagista; a poluição e a devastação para mineradoras, petrolíferas, empresas de papel e celulose, etc.

Recentemente (no dia 16 de fevereiro de 2009), tivemos a defesa da tese de doutorado da pesquisadora Maria da Graça Miranda de França Monteiro, da

área de comunicação da Embrapa, na Universidade de Brasília (UNB), a qual tratou especificamente desse tema.

A proposta da pesquisadora foi relacionar a gestão da comunicação sobre risco com democracia, entendendo que as organizações democráticas são transparentes, ágeis e estão dispostas a um diálogo profícuo com os seus públicos de interesse e com a sociedade de maneira geral.

A discussão empreendida por Graça Monteiro é relevante, fundamental, mesmo, porque, apesar do discurso grandiloquente de muitas organizações, elas na prática são avessas à transparência, buscando, com frequência, valer-se de meias verdades em sua comunicação, quando não de um deliberado processo de manipulação.

A autora defende que os modelos tradicionais de comunicação com a sociedade, segundo os quais as organizações têm o foco dos materiais de comunicação nos benefícios da ciência e na imagem institucional, serão substituídos, ainda de forma incipiente, por um esquema de comunicação pública da ciência em que as organizações são legitimadas por sua capacidade de estabelecer relações e manter espaços institucionalizados de debates com os setores que têm interesse nos seus produtos. Ou seja, de um lado, as organizações públicas têm pela frente uma situação de notícias com alto poder de gerar polêmica, de outro, a dúvida quanto ao fato de a divulgação da notícia nestas situações poder trazer benefícios institucionais, e ter repercussões negativas, afetando a estabilidade da organização.

Temendo prejuízos (sobretudo econômicos e financeiros), as organizações podem ter tendência a insistir em não dizer a verdade, mesmo que essa postura traga prejuízos a consumidores, clientes ou à população de maneira geral. Na prática, podem adotar uma postura autocrática, incorporando em sua comunicação aspectos técnicos de difícil compreensão ou simplesmente omitir detalhes para preservar os seus privilégios e interesses.

Graça Monteiro comenta sobre o surgimento de outro modelo de comunicação organizacional, que seria a comunicação pública da ciência. A sociedade da informação tem obrigado as organizações a investirem, cada vez mais, na produção de notícias, e se o interesse público não for colocado em primeiro plano, corre-se o risco de estas notícias se constituírem em peças falsas, *releases* hipócritas como aqueles que proclamam os transgênicos como a salvação da fome no mundo, alguns medicamentos como pílulas mágicas e muitas agroquímicas e mineradoras como sustentáveis, o que contraria a teoria e a prática.

A comunicação empresarial está, pois, diante de um dilema: abrir mão de um modelo tradicional, retrógrado, que vê a comunicação dialógica como risco, ou adotar um modelo novo, democrático, em conformidade com os novos tempos, e que contempla a comunicação como oportunidade. É evidente que, ao se exporem mais à análise dos públicos e da sociedade, as organizações se tornam mais vulneráveis, particularmente se têm “contas a pagar” ou “culpa no cartório”. Mas aquelas que agem desta forma, abrindo as portas e as janelas para o mundo, apoiadas numa gestão realmente democrática, transparente, ganham um bônus importante, decisivo: conseguem efetivamente aumentar a sua credibilidade e, portanto, criam condições para serem percebidas como líderes e referências.

A adesão a este novo modelo tem a ver com a implementação de culturas organizacionais avançadas, sinergicamente identificadas com os valores básicos da transparência e da cidadania e que respeitam a divergência de idéias e opiniões.

Temos muito a avançar neste sentido, e, por isso, a própria gestão da comunicação sobre riscos em nossas organizações ainda se encontra muito distante do patamar ideal, porque tem estado atrelada a uma filosofia autoritária de relacionamento com os *stakeholders*, atores sociais, incluindo os veículos e jornalistas.

As organizações não podem evitar o envolvimento em temas controversos porque eles estão aí e as incorporam, queiram ou não. O jeito, então, é capacitar-se para enfrentá-los, assumindo uma comunicação moderna, que não compactue com o sigilo, a mentira, o processo cínico de manipulação ainda desencadeado por campanhas, *releases* e ações de comunicação de boa parte das organizações que aí estão.

Como a comunicação tem uma tendência a buscar receitas prontas para resolver questões que apresentam pontos de risco, fica aqui registrada a advertência de Graça Monteiro, ao final de sua tese: “é preciso muito mais que manuais de procedimento para comunicação de riscos controversos” (Monteiro, 2009).

A noção do perigo não tem fronteiras. O mundo conhece atualmente um período de rupturas diversas: crises internacionais e diplomáticas cujo exemplo mais recente é o Afeganistão; crises tecnológicas (Chernobyl é tristemente famoso) e crises alimentares e sanitárias.

A saúde pública por vezes deixa de lado as questões anteriores à ocorrência desses fenômenos, tais como conduzir processos que possam abarcar as estratégias a serem seguidas para evitar estes desdobramentos. Esta tem sido, no sentido da sociedade reflexiva, uma prática intensiva de colonização da natureza. Segundo Beck, o marco que se denomina de etapa reflexiva da modernização da sociedade industrial, capitalista, na qual se acredita que mais reflexão sobre os problemas, mais conhecimento especializado, mais ciência e tecnologia e mais consciência criam melhores possibilidades para as nações e conseqüentemente melhores condições de saúde para as populações. Fala-se em reflexiva aqui no sentido de refletir, tomar consciência, examinar o entendimento.

Na sociedade de Risco, o perigo está articulado aos processos técnicos, científicos e administrativos, por isso ele não se manifesta de forma restrita, limitada: é global. As teorias, os instrumentos e medidas até então utilizados para avaliar e controlar os riscos tornaram-se ultrapassados. Os riscos têm dimensão global, muitas vezes, porém, com manifestação local. Vários são imperceptíveis,

tornando-se evidentes apenas em estágios avançados. Assim, os mecanismos e instrumentos construídos pela sociedade são limitados e insuficientes para identificar e controlar os perigos e os riscos.

Este processo pode causar diferenças de sentidos e de categorias: substâncias nocivas podem ter um significado completamente diferente para pessoas diferentes. O que pode ser “não perigoso” em relação a um determinado produto talvez seja extremamente perigoso para um consumidor na cadeia final, aquela na qual o ser humano se converteu no atual estágio de comercialização mundial. Exemplo na área da saúde é o consumo de medicamentos que provocam reações e conseqüências variadas conforme quem o utiliza. Com esta dinâmica, a avaliação dos perigos remete ao “não saber” e às conexões de causalidade. A Saúde não permanece ileso a esse processo. A Saúde Pública informa a sociedade sobre o risco através da epidemiologia. O risco epidemiológico pode ser definido como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento relacionado à saúde, estimado a partir do que ocorreu no passado. Disciplina própria do campo da saúde pública, a epidemiologia amplia sua atuação no vasto campo da saúde por meio do conceito de risco. É a epidemiologia que informa sobre os fatores de risco: gordura, cigarro, etc. Assim, a saúde pública está comprometida com a sociedade de risco global.

Desenvolve-se então uma espécie de atividade de controle destinada a preservar a espécie humana que leva à construção de uma nova moral sanitária.

Diante do risco, o que as ciências da saúde têm a oferecer tem um sentido de espera: esperar para saber se o risco vai atingir, e se vai provocar doenças, esperar pelos sintomas das doenças. A questão que se apresenta é como espera e incerteza podem pautar o cotidiano das pessoas.

3.1 Comunicação no caso da INFLUENZA A-H1N1 (2009)

O vírus influenza está associado a causas de epidemias recorrentes de doença respiratória febril há mais de 400 anos. Leva também a pandemias

associadas à emergência de um novo vírus ao qual a população em geral não tem imunidade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2005), mesmo que não seja possível prever a ocorrência de uma nova pandemia, desde o século XVI o mundo experimentou uma média de três pandemias por século, ocorrendo em intervalos de 10 a 50 anos. A maioria destas pandemias historicamente registrada, conhecidas como gripe espanhola e causadas pelo vírus influenza A-H1N1, ocorreu em 1918-1919, determinando alta morbidade e mortalidade (mais de 20 milhões de mortes em todo o mundo).

Diz Morens:

Esse vírus persistiu na população por mais de 90 anos e continua a causar epidemias e pandemias. Para entender melhor o que aconteceu desde 1918 com o vírus influenza A-H1N1, destaca-se que esse patógeno dispõe de mecanismo de reprodução que facilita frequentes mutações. Seu material genético é fragmentado, e ao se dividir compartilha material com outros vírus. Em especial no caso dos suínos, susceptíveis aos vírus influenza de várias espécies, existe a possibilidade de ocorrer infecção simultânea com vários vírus diferentes. Nessa situação, havendo troca de material genético, uma nova cepa poderá aparecer com ou sem mais virulência. Os vírus da influenza suína tipo A com triplo rearranjo contendo genes de humanos, de suínos e de aves vêm sendo identificados nos Estados Unidos desde 1998. No período de 2005-2009, 12 casos de infecção humana por esses vírus foram identificados nos Estados Unidos. (Morens et al., 2009, p. 4)

No mês de abril de 2009, os *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) identificaram dois casos de infecção humana com o vírus influenza A de origem suína de características singulares.

No século XX, outras duas pandemias aconteceram: em 1957, causada por vírus A-H2N2, e em 1968, pelo vírus A-H3N2, ambos descendentes da cepa H1N1 (Morens et al., 2009). O vírus A-H1N1 foi detectado no começo de 2009, pouco tempo após a sua emergência no México. A evidência dessa epidemia revela que o planejamento estratégico em relação ao controle de doenças deve incluir todo o planeta.

Segundo Senna et al. (2009), o vírus influenza A-H1N1, de origem mexicana e disseminação inicial para a América do Norte, pareceu tratar-se de

risco graduado em escala entre 4 e 5 (OMS), gerando preocupação, com alerta mundial, para pandemia grave e com letalidade entre 6 e 10%.

O vírus influenza A-H1N1 levou a uma comoção mundial e ao preparo para o enfrentamento de risco altíssimo e aparentemente descontrolado. A vigilância sanitária mexicana agiu de forma a promover interrupção de contágio. As medidas resultaram em decaimento da disseminação da endemia. Providências desse porte não foram acompanhadas pelos Estados Unidos da América e a disseminação mundial com a gravidade prevista não se confirmou. Desde abril de 2009 a letalidade veio decaindo até reduzir-se a um patamar abaixo de 0,6%.

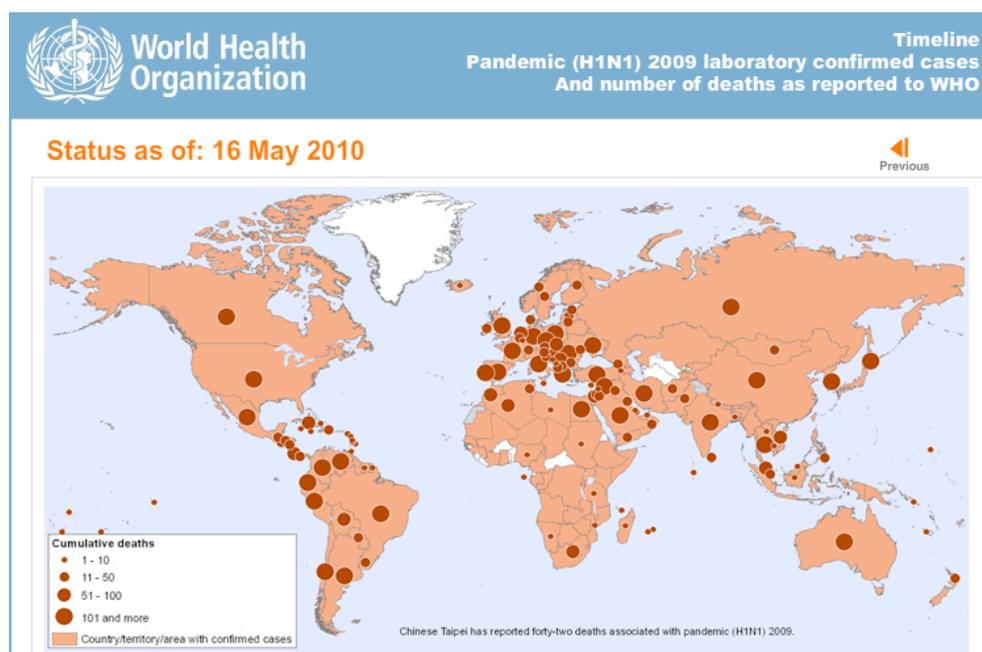
O primeiro caso, no Brasil, de infecção por influenza A-H1N1 ocorreu pouco tempo após a sua emergência no México o qual revelou algumas peculiaridades, como o risco planetário em relação às doenças infecciosas, a rapidez da mobilização dos agentes infecciosos, o contacto íntimo com familiares sem transmissão efetiva do vírus, o risco de que medidas de vigilância sanitária, mesmo eficazes, sejam transpostas pela mobilidade humana, a participação social e humanitária da população brasileira em risco para preservar a vida humana, a conservação da privacidade das pessoas diante de impacto do não-usual a conferir curiosidade e a identificação de pessoas com o inusitado.

Na história natural das epidemias de gripe ocorre um número grande de pessoas contaminadas na primeira estação de gripe, que é o inverno. No inverno seguinte ocorre a “segunda onda”, que é um comportamento natural. Poderá haver uma onda mais forte que a primeira. Os técnicos de saúde pública falam que para impedi-la precisaríamos vacinar próximo a 100% das pessoas suscetíveis, porque assim haveria redução da circulação do vírus e controle da epidemia. Quando se vacina uma porcentagem da população, o vírus reduz a sua circulação. Foi assim com a varíola. Não se sabe qual a proporção de pessoas que se precisa vacinar contra a nova gripe para que o número de suscetíveis seja pequeno o suficiente para reduzir a circulação do vírus. Assim, as pessoas que não foram vacinadas também ficariam protegidas.

Vamos aguardar como se comportará o vírus no próximo inverno e quais serão as matérias que estarão na agenda política para analisarmos os conteúdos da comunicação da mídia tradicional.

De acordo com o último relatório regional da Opas (Organização Pan-americana da Saúde), desde a divulgação do primeiro caso até 26 de março de 2010, no continente americano houve 8.175 confirmações de pessoas que morreram por causa do vírus H1N1. No Brasil, até o final de 2009, foram contabilizados 27.850 casos da Influenza A-H1N1 (2009) com 1.632 mortes.

As regiões mais afetadas foram as regiões sul e sudeste, e os grupos de crianças menores de 2 anos, jovens de 20 a 29 anos e grávidas. A taxa de mortalidade no Brasil é de 5, 8%, esse percentual se situa dentro da faixa de letalidade (2 a 9%) para casos hospitalizados divulgados pela OMS. O número mundial de óbitos como Influenza A-H1N1 2009 foi de 18.097.



Em artigo de avaliação da Influenza A-H1N1 (2009) publicado pela revista *Time* no dia 27 de abril de 2010 com o título "Um ano depois: 5 lições da pandemia de H1N1", o repórter Bryan Walsh argumenta que não foi a vacina ou as intervenções farmacêuticas que influíram positivamente no controle da epidemia,

esim uma boa comunicação e confiança. Mas o problema agora será a provável segunda onda, com o ceticismo da população para campanhas de vacinação.

Em uma época de Twitter, redes sociais, blogs e redes, não há substituto para a transparência, e os governos precisam compreender. Esta foi a primeira pandemia na era de internet. Devemos aprender com a pandemia, mas estamos preparados para comunicar nesta nova era?

1- Em retrospectiva, a Influenza A-H1N1 (2009) parece ter sido menos grave que o pânico inicial na mídia. Mas podemos perceber que ela não foi apenas uma “gripe”, que, como a gripe sazonal, tende a matar idosos. O Influenza A-H1N1 (2009) foi desproporcionalmente perigoso para mulheres grávidas e jovens. Quase todas as grávidas que desenvolveram a doença morreram.

2- Podemos estar preparados para uma pandemia, mas ela pode chegar por outro caminho. Ou seja, em um mundo globalizado, as ameaças de vírus podem vir de qualquer lugar.

3- Prevenção significa vigilância: o vírus começou nos animais e passou para o ser humano. Isto significa que uma vigilância virológica poderia detectar vírus potencialmente perigosos enquanto eles ainda estão nos animais. E até mesmo eliminá-los antes de atingir as pessoas. Mas o problema é que a saúde animal recebe apenas uma fração do financiamento e dos talentos dedicados à saúde humana.

4- Vacina pode não ser eficaz, não seria a melhor medida. O processo para fabricação e a logística de vacinação deixam o caminho lento. Se o H1N1 tivesse sido realmente grave, estes atrasos poderiam custar mais vidas. Outras estratégias mais simples, como lavar as mãos, saneamento e medidas de quarentena, podem conter a propagação do vírus.

5- Principal conclusão: tudo esta relacionado com a comunicação e a confiança. A questão que se coloca hoje em dia é que as baixas taxas de vacinação indicam ceticismo da população. Desta vez saímos ilesos, mas em uma próxima epidemia poderemos não ser tão

afortunados. A melhor maneira para evitar este ceticismo seria se comunicar melhor sobre o que se sabe e sobre o que ainda não se sabe. Não é suficiente explicar que a pandemia se referia à transmissibilidade do vírus novo, e não à sua virulência.

Com estes aspectos acima do Influenza A-H1N1 (2009) poderemos salientar que:

Observação nº 1: Em tempos de crise, as pessoas querem informações rapidamente. Embora a grande maioria de nós continue a receber notícias e informações de fontes tradicionais, meios de comunicação social, tais como YouTube, Twitter e Facebook, estão completando nossas atividades de coleta de informações. Sua natureza descentralizada permite a retransmissão de comentário, opinião, especulação e até mesmo uma análise ponderada. Mais importante, eles fornecem um mecanismo para os cidadãos ultrapassarem a mídia tradicional e se comunicarem diretamente uns com os outros.

Por outro lado, a natureza ágil e flexível dos meios de comunicação social também é uma fraqueza. A falta de abastecimento, fiscalização e normas profissionais compromete a sua integridade. O fato de que vivemos em um ambiente de mídia globalizada, sem dúvida, tem ampliado nossos horizontes, mas também criou enorme quantidade de “ruído” que torna difícil convencer as pessoas de que os funcionários de saúde têm as melhores evidências para agir no interesse público.

Observação nº 2: Os meios de notícia não são apenas um espelho do que está acontecendo no mundo, eles contribuem ativamente para moldar a nossa compreensão. Por esta razão, eles são reconhecidos por comunicadores da saúde como recursos preciosos em situações de crise e de risco. Competência em crise e comunicação de risco são, portanto, um elemento-chave para a saúde pública. No entanto, uma análise da cobertura da mídia sobre o H1N1 sugere que poderia ter sido mais eficaz se os responsáveis tivessem sido sintonizados com as lições aprendidas em eventos anteriores.

Na verdade, a reação mais comum dos cidadãos em situações que envolvem altos níveis de risco para a saúde não é de pânico, como muitos erroneamente acreditam, mas de apatia. A base do trabalho de um comunicador

de saúde é determinar como fazer as pessoas reconhecerem que o risco é grave, tornarem-se preocupadas com isso e tomarem as medidas necessárias para a prevenção. Teóricos da percepção do risco argumentam que o sentimento de medo leva à apatia, e que o sentimento de raiva levaria à ação (Lerner, 2005).

Observação nº 3: Novos valores são a parte central na consideração sobre como a mídia relata situações de emergência em saúde e são, portanto, um componente-chave em qualquer plano de comunicação. Histórias de pessoas que são famosas e que reportaram contaminação podem colocar a sociedade em alerta, uma vez que ela poderá perceber que nenhum segmento está imune. O tipo de atenção que a mídia fornece para uma determinada situação pode aumentar ou diminuir os temores das pessoas.

O objetivo da comunicação de risco nessas circunstâncias é ajudar o público a suportar o seu medo, em vez de tentar convencê-lo a não ter medo. Alguns setores têm falhado por amplificar o risco de doença, outros por alegar que realmente temos pouco a temer. O grave é que nenhum lado está em sintonia com o que os cidadãos realmente sentem ou acreditam. Isto demonstra uma profunda falta de empatia e compromete a capacidade dos responsáveis para construir a confiança com o público. E uma base de confiança do público será fundamental quando houver uma próxima emergência de saúde

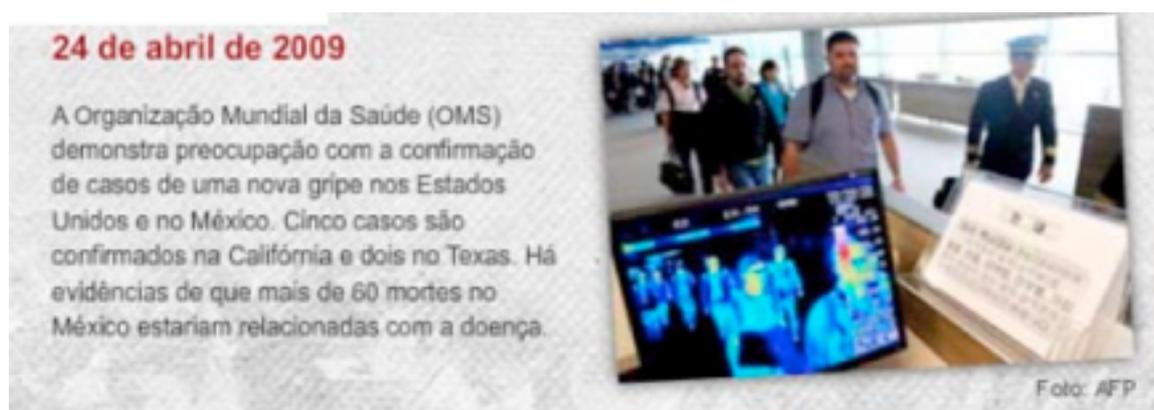
Observação nº 4: O interesse da mídia em uma crise de saúde pública é por si só viral. A cobertura do H1N1 aumentou os ângulos das histórias: as páginas de esportes informaram que foi concedido o acesso especial à vacina para os atletas profissionais; páginas de negócios consideravam o impacto sobre a recuperação econômica; as páginas da sociedade especularam sobre a etiqueta apropriada para jantares. Houve debates políticos sobre o possível acesso à vacina pelas clínicas privadas, o que implicaria oferecer privilégios especiais para diferentes classes sociais.

Existe também o componente político, cada uma destas narrativas desenvolvidas foi previsível. Notícias foram moldadas por um quadro de responsabilidade as quais colaboraram para surgimento dos conflitos que entre os atores envolvidos no processo. Como os riscos são entendidos e como as pessoas respondem depende do “circuito de comunicação” no qual as relações

institucionais são incorporadas. O caso do H1N1 revelou uma notável falta de coordenação das mensagens do risco pelos responsáveis da saúde pública em diferentes níveis de competência, bem como a falta de uma liderança política clara num cenário mundial. Em outras palavras, o circuito de comunicação tem sido repetidamente um curto-circuito. É muito importante, nestas situações, os dirigentes demonstrarem que estão fazendo o máximo que podem. Não somente o fato de agirem, mas de comunicar suas ações.

Pandemias são devastadoras para os indivíduos e para as famílias, comunidades e nações. Elas nos afetam biologicamente, psicologicamente, espiritualmente e culturalmente. Como vimos, elas também impõem encargos significativos em nossa infraestrutura pública. As pandemias são igualmente democráticas, no sentido de que elas não respeitam as divisões sociais de raça, classe, gênero ou nacionalidade. Nós processamos e chegamos a compreender os significados destes desafios por intermédio dos meios de comunicação, e é fundamental utilizar as melhores ferramentas e pesquisa disponíveis.

No Brasil, acompanhamos o surgimento dos primeiros casos da Influenza A-H1N1 (2009) e verificamos que aconteceu um imediatismo no processamento de informações e certa confusão no início, quando se desconheciam muitas variantes, e em função disto os jornais repetiam o que dizia a voz oficial, no caso a OMS, ou do Ministério de Saúde.³



Dados segundo OMS: 20 casos foram confirmados em laboratório nos

³ Consideramos principais jornais para reproduzir as manchetes: *O Globo, Jornal do Brasil, Correio Brasiliense, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo.*

EUA, 18 casos confirmados em laboratório no México com 3 mortes e enviada uma equipe de especialistas para o México. O diretor geral da OMS declara que é um evento de emergência em Saúde Pública.

Manchetes dos principais jornais do País:

Mundo tenta se organizar para evitar pandemia da gripe suína

Hospital de SP isola paciente vindo do México por precaução contra gripe suína

Casa Branca diz que não há motivo para pânico sobre gripe suína

Situação nos EUA é de emergência, diz governo sobre gripe suína

Médico diz que hábitos de higiene devem ser intensificados contra gripe suína

México adota medidas drásticas para controlar gripe suína

Com surto de gripe suína no México, passageiros chegam com máscaras a SP

Banco Mundial libera US\$ 205 milhões para México combater a gripe suína |

Canadá confirma seis primeiros casos de gripe suína

Infectologista diz que já há uma suspeita de gripe suína no Brasil

Muitos jornais no mundo caíram na mídia alarmista, confundindo imediatismo com alarme e, para colocar ênfase na dimensão do problema, noticiavam o número de mortos e o avanço progressivo. Acrescentamos a isto que muitos jornais sugeriram comprar máscaras, gerando desabastecimento nas farmácias. Este tipo de atitude levou os jornais a buscarem números e casos da Influenza, mas as pessoas normais queriam histórias e casos reais de contaminação. Os jornais tiveram dificuldade para diferenciar os casos suspeitos dos confirmados, levando a população a pensar que eram casos confirmados.

26 de abril de 2009

Os EUA reportam 20 confirmações da doença provocada pelo vírus influenza A H1N1, e a Casa Branca afirma que, embora os casos sejam preocupantes, **não há motivo para pânico**. No México, 18 casos são registrados. Viagens ao México não são recomendadas. Canadá confirma primeiros casos.



Dados segundo OMS: A situação evolui rapidamente, 40 casos confirmados em laboratório nos EUA, 26 casos confirmados em laboratório no México com 7 mortes e Canadá informou 6 casos, Espanha 1 caso.

Confusão com a linguagem: Primeiro, gripe suína, depois, gripe e influenza. Por fim, a OMS chama de H1N1, nome que para muitos era difícil, por ser muito técnico. As audiências reagiram a isto. Quando falamos de Pólio, Sarampo, mesmo sem sermos especialistas, a população tem uma idéia do que é. Mas H1N1, que imagem gera?

30 de abril de 2009

Novos contágios são registrados na Holanda e na Suíça. O número de contaminações no mundo é de 257, dos quais 109 nos EUA e 97 no México. A OMS informa que **rebatiza a gripe suína de "gripe A (H1N1)"**. A decisão teria ocorrido devido à pressão da indústria da carne e de governos dos países envolvidos na epidemia. O Ministério da Saúde diz que está monitorando quatro casos suspeitos de gripe suína no Brasil.



Foto: AFP

Muitos meios noticiosos alternativos levantaram suspeitas e publicavam materiais como o da freira espanhola, ou as suspeitas sobre Graja Carroll, acusada de mudar para o México por violar normas de saúde nos Estados Unidos.

FAO investigará fazendas onde pode ter surgido gripe suína

Ministério da Saúde acompanha 11 possíveis casos de gripe suína no Brasil

Gripe suína já tem casos confirmados em sete países

Nova gripe já contaminou 7.520 pessoas em 34 países, segundo a OMS

Nova gripe provocará perdas de US\$ 2,2 bi para turismo mundial, prevê estudo

EUA já têm 4.714 casos da nova gripe

Segundo caso da nova gripe no Rio recebe alta de hospital

Grandes questionamentos foram feitos, por falta de informação precisa por parte dos atores envolvidos, principalmente se acusou os laboratórios de serem os maiores beneficiados, e a própria OMS, por qualificar o episódio como pandemia.

Fatos foram escolhidos para amplificar o tema, como a notícia do menino mexicano que foi salvo e que ficou manchete nos jornais de todo mundo.

VÍDEOS DOS TELEJORNALS



VÍDEO **Primeiro doente, garoto mexicano já está bom**

Saiba como o surto de gripe suína pode afetar os setores da economia

JORNAL DA GLOBO



Mexicanos em quarentena voltam para casa

Manchetes dos principais jornais do País:

É possível evitar pandemia de gripe suína, diz OMS

OMS diz que não é mais possível conter a gripe suína

Gripe suína: OMS diz que é cedo para se falar em pandemia

Vírus de gripe suína não pode mais ser contido, diz OMS

OMS aumenta nível de alerta para gripe suína

Costa Rica registra primeiro caso da gripe suína na América Central

OMS diz que pandemia de gripe suína poderá ser branda

Vírus da gripe suína ainda não é resistente a remédios, diz OMS

Vírus de gripe suína não pode mais ser contido, diz OMS

OMS pede vigilância permanente contra possível evolução da gripe suína

29 de abril de 2009

Áustria e Alemanha confirmam casos, que já somam 148 no mundo. Primeira morte é registrada nos EUA, que já tem 91 casos. O México continua com 26 casos e 7 mortes. O presidente dos EUA recomenda que as escolas americanas com casos registrados de gripe suína "considerem fortemente" a possibilidade de cancelar aulas. O governo mexicano identifica **Edgar Hernández, de 5 anos, morador de La Gloria, no estado de Veracruz, como "paciente zero" da epidemia.**



Foto: AFP

Devemos salientar que muitos jornais e empresas participaram com campanhas de informação pública para orientar a população a lavar as mãos, não se automedicar e procurar um médico aos primeiros sintomas. Charges ilustrando o tema foram importantes para fortalecer a importância de se lavarem as mãos.



Esperem até eles descobrirem que também passa pelas mãos.



Primeiro, capturar, depois jogar no lixo e lavar as mãos em seguida.

Para ilustrar concretamente a importância da gerência da comunicação em situações de crise, ainda. Em 24 de abril, no início de sua conferência de

imprensa sobre Influenza A-H1N1, o diretor em exercício do CDC, Richard Besser, disse explicitamente: “Nossas recomendações, conselhos, abordagens provavelmente irão mudar à medida que aprendemos mais sobre o vírus e sobre a sua transmissão”.

A tarefa da comunicação de crise é registrar que as opiniões divergem, e ajudar as pessoas a suportarem a ansiedade que essa situação provoca, e não tentar promulgar um consenso falso.

Verificamos nesta situação que o mais importante para situações de crise é tentar manter os seguintes aspectos: 1. Construir a confiança entre instituição e público; 2. Comunicar com agilidade; 3. Ter transparência; 4. Respeitar a preocupação do público; 5. Planejar antecipadamente.

4. Considerações finais

Vimos que nossa fundamentação teórica passou por Beck, Douglas, Luhmann e Giddens para uma análise dos princípios da contemporaneidade numa perspectiva da “Sociedade de Risco”. Esses são teóricos que, direta ou indiretamente, dialogam, se cruzam e convergem, ainda que, muitas vezes, criticamente.

Além disso, vale dizer que a presente pesquisa não tem como objetivo ser determinante em seus resultados, nem tampouco esgotar o tema em questão. Ao contrário, ela pretende incentivar mais estudos acerca dos temas aqui discutidos. Salientamos a dimensão econômica e política do risco, uma vez que muitos riscos são regulados pelo Estado: adicional de insalubridade e periculosidade, bem como a normatização das relações em torno do risco.

O dinamismo que caracteriza a modernidade está ligado tanto à produção e apropriação da tecnologia como instrumento mediador das relações sociais, quanto aos desencontros operados entre tempo e espaço, o que Giddens (1991) denomina de espaço vazio. Isso significa que a modernidade e seus aparatos tecnológicos provocam a desvinculação entre espaço e tempo, fomentam relações entre ausentes, secundarizam a materialidade como condição fundamental para o estabelecimento das relações e conectam abstratamente o local e o global.

Tais relações, conexões e desconexões que subvertem os conceitos tradicionais de tempo e espaço são intermediadas pelo que Giddens (1991) denomina de fichas simbólicas e sistemas peritos. As fichas simbólicas são os meios de intercâmbio (o dinheiro, por exemplo) entre indivíduos e grupos, independentemente de suas características específicas, e os sistemas peritos dizem respeito às áreas de excelência técnico-profissional que organizam e tornam possível o funcionamento da vida social moderna (por exemplo, as áreas da saúde e da engenharia). Para Giddens (1991), as fichas simbólicas e os sistemas peritos constituem as instituições que tornam possível a vida moderna, bem como sua compreensão. Nesse sentido, o dinheiro – exemplo de ficha

simbólica – “é um meio de distanciamento tempo-espço [...], [pois ele] possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espaço” (Giddens, 1991, p. 32). Isso permite que o homem moderno estabeleça relações econômicas e sociais, prescindindo da presença física; estabelece-se, portanto, uma relação de confiança nos processos pelos quais essas relações e comunicações são efetivadas.



No gráfico acima, verificamos que em situações de emergência um planejamento adequado da comunicação diminui a curva da epidemia. Isso levou a Diretora Geral da OMS a declarar: “Chegou a hora de reconhecer que a habilidade na comunicação é tão essencial para o controle da uma epidemia quanto bons epidemiólogos e laboratoristas”.

Outro desafio aponta as alternativas para o controle dos riscos. Observamos em diversos autores que todos levantam a necessidade de aceitar as incertezas, ambiguidades e áreas desconhecidas e não previstas em torno dos riscos. Embora, por isto, as análises qualitativas pareçam cair num terreno de alternativas difusas, trata-se de um desafio inevitável a ser enfrentado pelos atores, sejam leigos ou peritos, envolvidos nas diversas fases dos riscos. Como diz Beck, lidar com os riscos exige uma forma de atuar que aceite a ambivalência das práticas sociais, sem apelos a soluções definitivas.

A efetiva comunicação de situações de risco, não é algo que acontece naturalmente. Ela é produto de conhecimento, preparação, treinamento.

E, como observa Beck em seu recente livro *A sociedade do risco global*, (2006), existem sempre oportunidade nas sociedades de riscos. Numa época em que a crença nos governantes, na nação, desaparece, a globalidade do perigo transforma-se em uma fonte de associações, abrindo novas perspectivas globais para ação.

Referências bibliográficas

ANTOUN, Henrique. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. In: COMPÓS, 12. GT Tecnologias Informacionais de Comunicação e Sociedade. Junho de 2004.

_____. Democracia, multidão e guerra no ciberespaço. In: PARENTE, A. (org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 209-237.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. Networks and Netwars: the future of terror, crime and militancy. In: RAND, 2001. Disponível em: <http://www.rand.org/publications/MR/MR1382/>. Acesso em: 20 de julho 2008.

BECK, U. La sociedade del riesgo global. Trad. De Jesus Albores Rey. Madri: Siglo XXI, 2009.

_____. *Risk Society – towards a new modernity*. Londres: Sage Publications, 1992.

_____. *The Brave New World of Work*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Trad. De Jorge Navarro. Barcelona: Paidós Ibérica 1998a.

_____. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Buenos Aires: Paidós, 1998b.

_____. *Ecological Politics in an Age of Risk*. Cambridge: Polity Press, 1995.

_____. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage, 1992.

_____; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BECK, Ulrich. *The Normal Chaos of Love*. Cambridge: Polity Press, 1995

BOGART, Leo. A cidade e a mídia na era digital. In: MORENO, Júlio (coord.). *Da cidade de pedra à cidade virtual: contribuição para o debate sobre o futuro do nosso habitat*. São Paulo: Agência Estado, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Gabinete Permanente de Emergências de Saúde Pública. *Protocolo de procedimentos para o manejo de casos e contatos de influenza A (H1N1)*. Versão 5. Atualizado em 28

jul. 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/influenza_protocolo_procedimentos_28_06_2009.pdf. Acesso em: 30 novembro 2009.

BRETON, P. *La parole manipulée*. Paris: La Découverte, 1997.

BROOKES, SM.; IRVINE, R. M.; NUNEZ, A; CLIFFORD, D; ESSEN, S.; BROWN, I. H. et al. Influenza A (H1N1) infection in pigs. *Vet Rec.*, n. 164, p. 76-81, 2009.

BROWNSTEIN, J. S.; FREIFELD, C. C.; MADOFF, L. C. Influenza A (H1N1) Virus, 2009 – Online Monitoring. *N Engl J Med*, v. 360, n. 21, p. 2156, maio 2009.

BUENO, A. *Novos contornos das relações bancárias*. São Paulo: Edusp, 1994.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação empresarial: teoria e pesquisa*. Barueri: Manole, 2003.

BUSSIERE, Marc. *Risque et Progres*. Paris: Flammarion, 2007.

CANADA. *Risk Communication and Government*. Theory and Application for the Canadian Food Inspection Agency. Primavera 2001. Disponível em: www.inspection.gc.ca/english/corpaffr/publications/riscomm/riscomm.html. Acesso em: 13 de junho 2008.

CAPOZZI, A.; PAÑA, A. Proposed guideline for management of patients with confirmed or suspected swine-origin influenza A (H1N1) infection in a hospital setting. *Ig Sanita Pubbl*, n. 65, p. 139-168, 2009.

CARMO, E. H.; OLIVEIRA, W. K. The risk of a pandemic with the influenza A (H1N1) virus. *Cad Saúde Pública*, n. 25, p. 1192-1193, 2009.

CASTELLS, Manuel. *La era de la informacion: economia, sociedad y cultura*. Madri: Siglo XXI, 2002. v. 1: *La sociedad red*.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (v. 1: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*).

_____. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*, Fin de Milênio. Madri: España Alianza Editorial, 1998. v. 3.

_____. *Era de la Información*. México? Siglo XXI, 1995. v. 1.

CDC. Outbreak of a swine-influenza A (H1N1) virus infection – Mexico. *MMWR*, n. 58, p. 467-470, mar. -abr., 2009.

CHOWELL, G.; BERTOZZI, S. M.; COLCHERO, M. A.; LOPEZ-GATELL, H.; ALPUCHE-ARANDA, C.; HERNANDEZ, M.; MILLER, M. A. Severe respiratory disease concurrent with the circulation of H1N1 Influenza. *N Engl J Med*. Disponível em: <http://content.nejm.org/cgi/reprint/NEJMra0904322v1.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2009.

CLEAVER, Harry. Cyberspace and the End of Foreign Policy. 1997. Disponível em: http://flag.blackened.net/revolt/mexico/comment/cleaver_zap_effect_dec97.html. Acesso em: 17 de maio de 2008.

COVELLO, Vincent T. et al. Risk Communication. The West Nile Virus Epidemic, and Bioterrorism: Responding to the Communication Challenges Posed by the Intentional or Unintentional Release of a Pathogen in an Urban Setting. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, v. 78, n. 2, p. 382-391, jun. 2001.

_____; SANDMAN, Peter M. Risk communication: Evolution and Revolution. 2001. Disponível em: <http://www.psandman.com/articles/covello.htm>. Acesso em: 20 de junho 2008.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOUGLAS, M. The depoliticization of risk. In: ELLIS, R. J.; THOMPSON, M. (ed.). *Culture matters: Essays in Honor of Aaron Wildavsky*. Boulder: Westview Press, 1997. p. 121-32.

_____. *Risk and blame. Essays in cultural theory*. Londres e Nova York: Routledge, 1990.

_____. *Risk Acceptability According to the Social Sciences*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1986.

_____. *Risk Acceptability According to the Social Sciences*. Londres: Russell Sage Foundation, 1985.

_____; WILDAVSKY, A. B. *Risk and Culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1982.

DUCKER, Peter. *Desafios gerenciais para o século XXI*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ELLIS, J.; ITURRUZA, M.; ALLEN, R.; BERMINGHAM, A.; ROWN, K.; GRAY, J.; BROWN, D. Evaluation of from-real-time PCR assays for detection of influenza A (H1N1) viruses. *Euro Surveill*, n. 14, p. 22-28, 2009.

EWALD, N. Insurance and risks. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (ed.). *The Foucault Effects: Studies in Govern mentality*. Londres: Harvester/Wheatsheaf, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação e conscientização: extencionismo rural*. Cuernavaca, México: CIDOC, 1968. Cuaderno 25.

_____. *Extensión o comunicación. La concientización en el medio rural*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

FREUDENBURG, William R. Risk and Recreancy: Weber, the Division of Labor, and the Rationality of Risk Perceptions. *Social Forces*, v. 71, n. 4, p. 909-932, jun. 1993.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991a.

_____. *Modernity and self-identity*. Stanford: Stanford University Press. 1991b.

GRECCO, D. Influenza A (H1N1): histórico, estado atual no Brasil e no mundo, perspectivas. *Rev Med Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 132-139, 2009.

GRUNIG, J.; HUNT, T. *Managing Public Relations*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1994.

GUIVANT, Julia S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas*, Anpocs, n. 46, 1998.

HALL, Stuart. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

_____. *Identidades culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HONIGSBAUM M. Pandemic. *Lancet*, n. 373, p. 1939, 2009.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc, 2001.

KHAN, K.; ARINO, J.; HU, W.; RAPOSO, P.; SEARS, J.; CALDERON, F. *et al.* Spread of a Novel Influenza A (H1N1) Virus via Global Airline Transportation. *N Engl J Med*, v. 361, n. 3, Disponível em: <http://content.nejm.org/cgi/reprint/361/2/212.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2009.

KOPP, C. Information Warfare: a Fundamental Paradigm of Infowar. *Systems: Enterprise Computing Monthly*, p. 46-55, fev. 2000.

LAGADEC, P. *La fin du risque zero*. Paris: Eyrolles, 2005.

LANDOW, George. *Hypertext: the convergence of contemporary critical theory and technology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.

LEISS, W. The importance of risk communication in the risk management of chemicals. *Newsletter ICME*. Londres, v. 7, n. 2, 1999.

_____. Three phases in the evolution of risk communication practice. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 545, *Challenges in Risk Assessment and Risk Management*, 1996.

_____. *Prospects and Problems in Risk Communication*. Londres: Institute for risk research, 1992.

_____; KREWSKI, D. *Prospects and Problems in Risk Communication*. Institute for risk research, 1992. In: LEISS, William (ed.). *Prospects and Problems in Risk Communication*. Londres: Institute for risk research, 1992.

LERNER, J. S. Negotiating under the influence: Emotional hangovers distort your judgment and lead to bad decisions. *Negotiation*, Watertown, MA: Harvard Business School Publishing, v. 8, p. 1-3, 2005.

_____; KELTNER, D. Beyond valence: Toward a model of emotion-specific influences on judgment and choice. *Cognition and Emotion*, v. 14, p. 473–493, 2000.

_____; _____. Fear, anger, and risk. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 81, p. 146-159, 2001.

_____; TIEDENS, L. Z. Portrait of the angry decision maker: How appraisal tendencies shape anger's influence on cognition. *Journal of Behavioral Decision Making* (Special Issue on Emotion and Decision Making), v. 19, p. 115-137, 2006.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LOFSTEDT, R. E. *Risk Management in Post-Trust Societies*. *Earthscan Risk In Society Series*. Londres: Paperback, 2005.

LUPTON, Deborah. *Risk: Key Ideas*. Nova York: Routledge, 1999.

LYRA, Srinivasan. *Tools for Community Participation*. Nova York: PNUD/PROWESS, 1990. Distribuído por PACT, Inc.

MAFESOLI, Michel. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: _____. *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Rio de Janeiro: Cortês, 2001.

MAISONNEUVE, D. *La communication des risques – um nouveau défi*. Quebec: Presses de L'Université du Quebec, 2005.

MARKS, J. S.; HALPIN, T. J. Guillain-Barré syndrome in recipients of New Jersey influenza vaccine. *JAMA*, v. 243, n. 24, p. 2490-2494, 27 jun. 1980.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. *Procesos de comunicación y matrices de cultura*. México: Gustavo Gili, 1989.

MATHIAS, Arlindo. *Hipermídia e tecnologia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

MATTELART, Armand e Michele. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MONTEIRO, Maria da Graça Miranda de França. O cientista, a imprensa e a comunicação pública da ciência. In: CIMADEVILLA, Gustavo (comp.). *Comunicación, tecnología y desarrollo. Discusiones del siglo nuevo*. Comunicação, tecnologia e desenvolvimento. Discussões do século novo. Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2006.

MORAES, Denis et al. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORENS, D. M.; TAUBENBERGER, J. K.; FAUCI, A. S. The persistent legacy of the 1918 influenza virurs. *N Engl J Med.*, v. 361, n. 3, p. 225-229, 7 jul. 2009. Disponível em: <http://content.nejm.org/cgi/reprint/NEJMp0904819.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2009.

MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (org.). *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NELKIN, Dorothy. *Technological Decisions and Democracy*. Beverly Hills: Sage, 1977a.

_____. Technology and Public Policy. In: SPIEGEL-ROHING, I.; PRICE, D. de Solla (ed.). *Science, Technology and Society: A Cross-Disciplinary Perspective*. Londres: Sage, 1977b. p. 393-442.

_____. *Controversy: The Politics of Technical Decisions*. 2. ed. Beverly Hills: Sage, 1984a.

_____. *Science as Intellectual Property*. Nova York: Macmillan, 1984b.

NEUMANN, G.; NODA, T.; KAWAOKA, Y. Emergence and pandemic potential of swine-origin H1N1 influenza virus. *Nature*, n. 459, p. 931-939, 2009.

NOVEL SWINE Origin Influenza A (H1N1) Virus Investigation Team. Emergence of a Novel Swine-Origin Influenza A (H1N1) Virus in Humans. *N Engl J Med.*, v. 360, n. 25, p. 2605-2615, 18 jun. 2009.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. XXIII Conferencia Sanitaria Panamericana, 24-28 set. 1990. In: *Anais...* Washington, DC: OPS; 1990

PERUZZO, K. Cicília. *Escuela Latinoamericana de Comunicación: Contribuciones de Luis Ramiro Beltrán*. Madri: ALAIC, 1998.

SANDMAN, Peter M. The Four Stages of Risk Communication. *Consulting, Training and Research in Risk Communication*, 1991. Disponível em: <http://www.psandman.com>. Acesso em: 10 de Janeiro 2008.

_____; LANARD, J. La gripe aviar: cómo comunicar el riesgo. *Perspectivas de Salud*, v. 10, n. 2, 6. p, 2005. Disponível em: http://www.paho.org/Spanish/DD/PIN/Numero22_articulo1.htm. Acesso em: 24 de julho de 2007.

SAXA, Loquuntur. *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2009.

SCHWARTAU, W. *Information Warfare*. Nova York: Thunder's Mouth, 1995.

SENNA, M. et. al. Emergência do vírus influenza A-H1N1 no Brasil: a propósito do primeiro caso humano em Minas Gerais. *Rev Med Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 173-176, 2009.

SHETTY P. Preparation for a pandemic: influenza A-H1N1. *Lancet Infect Dis.*, n. 9, p. 339-340, 2009.

SJÖBERG, Lennart. Emotional Intelligence and Life Adjustment: a validation study. *SSE/EFI Working Paper Series in Business Administration*, Estocolmo: Center for Economic Psychology Stockholm School of Economics, n. 2001, 8 out. 2001.

SLOVIC, Paul. *The Irrational Economist: Making decision in a Dangerous World*. Boston: Public affairs books, 2010.

_____. *The Perception of Risk*. Londres: Earthscan, 2006.

_____. *The Perception of Risk*. Londres e Sterling: Earthscan Publications Ltd, 2002. Risk, society and policy series.

_____. Perception of Risk: reflections on the Psychometric Paradigm. In: KRIMSKY, Sheldon; GOLDING, Dominic (ed.). *Social Theories of Risk*. Londres: Praeger, 1992.

_____. Perception of risk. *Science*, v. 236, p. 280-285, 1987.

_____. Facts and fears: Understanding perceived risk. In: SCHWING, R.; ALBERS JR., W. A. (ed.). *Societal risk assessment: How safe is safe enough?*. NovaYork: Plenum Press, 1980.

_____; FISCHHOFF, Baruch; LICHTENSTEIN, Sarah. Why Study Risk Perception? *Risk Analysis*, v. 2, n. 2, p. 83-93, 1982.

_____; _____. Rating the risks. *Environment*, v. 21, p. 36-39, 1979.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho – uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOURAINÉ, A. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRIFONOV, V.; KHLABANIAN, H.; RABADAN, R. Geographic Dependence, Surveillance, and Origins of the 2009 Influenza A (H1N1) viruses. *N Engl J Med.*, n. 357, p. 2559-2562, 2009.

TRIPPI, J. *The Revolution Will Not Be Televised: democracy, the internet, and the overthrow of everything*. Nova York: Harper Collins, 2004.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). *Risk Management Guide for Major Industrial Accidents*. Nova York: UN Editor, 2002.

U. S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. *Communicating in a crisis: risk communication guidelines for public officials*. Washington, D. C., 2002.

WHILEY, D. M.; BIALASIEWICZ, S.; BLETCHLY, C.; FAUX, C. E.; HARROWER, B.; GOULD, A. R. *et al.* Detection of novel influenza A (H1N1) virus by real-time RT-PCR. *J Clin Virol.*, 6. jun. 2009.

WILDAVSKY, Aaron. Public policy. In: DAVIS, B. (ed.). *The genetic revolution. Scientific prospects and public perceptions*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1991.

WONNACOTT e WONNACOTT. *Economia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Avian influenza: assessing the pandemic threat. Genebra: WHO; 2005.

_____. *World now at the start of 2009 influenza pandemic*. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/news/statements/2009/h1n1_pandemic_phase6_20090611/en/index.html. Acesso em: 6 de junho de 2009.

_____. Outbreak communication: best practices for communicating with the public during an outbreak. In: WHO. *Expert Consultation on Outbreak Communications*, 2004, Singapore. Report. Genebra: WHO, 2005. Disponível em: <http://www.paho.org/English/AD/WHOOutbreakCommunications.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2007.

WYNNE, Brian. *Risk management and hazardous waste. Implementation and the dialectics of credibility*. Berlim: Springer-Verlag, 1987.

_____. Frameworks of rationality in risk management: towards the testing of naive sociology. In: BROWN, J. (ed.). *Environmental threats: perception, analysis and management*. Londres: Belhaven Press, 1989.

IYENGAR, S. *The Art of Choosing*. Boston, Twelve, 2010.

ZAROCOSTAS, J. World Health Organization Declares A (H1N1) influenza pandemic. *BMJ*, 12 jun. 2009.

ZIMMER, S. M.; BURKE, D. S. Historical perspective: emergence of Influenza A (H1N1) viruses. *N Engl J Med.*, v. 361, n. 3, p. 279-285, 7 jul. 2009. Disponível em: <http://content.nejm.org/cgi/reprint/NEJMra0904322v1.pdf>. Acesso em: 16 de julho de 2009.